



OP-014MR-21
CÓD: 7908403501946

AGEPEN-AL

***SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E
INCLUSÃO SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS***

Agente Penitenciário do Serviço Civil
do Poder Executivo Estadual

***A APOSTILA PREPARATÓRIA É ELABORADA ANTES DA
PUBLICAÇÃO DO EDITAL OFICIAL COM BASE NO EDITAL
ANTERIOR, PARA QUE O ALUNO ANTECIPE SEUS ESTUDOS.***

Língua Portuguesa

1. Gêneros Textuais. Análise E Compreensão De Textos, Para Identificar, Entre Outros Aspectos: O Tema Ou A Idéia Global Do Texto Ou, Ainda, O Tópico De Um Parágrafo; O Argumento Principal Defendido Pelo Autor; O Objetivo Ou A Finalidade Pretendida; A Síntese De Seu Conteúdo Global; A Função (Referencial, Expressiva, Apelativa) Que Desempenham; Os Elementos Que Compõem Uma Narrativa (Espaço, Tempo, Personagem Principal, Personagens Secundários, Conflito, Solução); Características De Fábulas E Histórias Em Quadrinhos; Características Do Texto Poético; A Fidelidade De Paráfrases A Seus Segmentos De Origem; Informações Explícitas E Implícitas Presentes No Texto; Relações Semânticas (Causalidade, Temporalidade, Conclusão, Comparação, Finalidade, Oposição, Condição, Explicação, Adição) Estabelecidas Entre Parágrafos, Períodos Ou Orações; Elementos Seqüenciadores Que Asseguram A Continuidade Do Texto	01
2. Relações De Sentido Entre Palavras (Sinonímia, Antonímia, Hiperonímia E Relações De Parte/TODO); Usos Metafóricos E Metonímicos Das Palavras E Expressões; Marcas Típicas Da Oralidade Informal	10
3. O Preconceito Lingüístico Variações Dialetais E De Registro	12
4. Morfossintaxe: Processos De Formação De Novas Palavras; Significado De Radicais, Prefixos E Sufixos; Neologismos E Empréstimos De Palavras Estrangeiras.	14
5. Colocação Das Palavras Na Oração.	21
6. Regência E Concordância Verbal E Nominal	23
7. Princípios Da Norma Padrão Escrita: Ortografia	25
8. Acentuação Gráfica.	26
9. Pontuação	27

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números Naturais e Números Inteiros: divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Noção elementar de números reais: operações e propriedades, relação de ordem, valor absoluto, desigualdades	01
2. Porcentagem	10
3. Juros simples	12
4. Regras de três	14
5. Seqüências, progressões aritméticas, progressões geométricas, noção de limite de uma seqüência, soma da série geométrica, representação decimal de um número real.	15
6. Combinatória e probabilidades. Problemas de contagem: arranjos, permutações e combinações Probabilidade: distribuição de probabilidades, probabilidade condicional e eventos independentes.	19
7. Estatística: distribuição de freqüência (média e mediana); medidas de dispersão (variância e desvio-padrão)	24
8. Sistemas lineares. Sistemas lineares: resolução e discussão. Matrizes: operações e aplicações a sistemas lineares	28
9. Funções. Noção de Função. Gráficos. Funções crescentes e Funções Decrescentes. Máximos e mínimos. Funções lineares, afins e quadráticas. Funções exponenciais e logarítmicas e aplicações a juros simples e compostos.	38
10. Geometria. Figuras geométricas planas: polígonos e a circunferência. Relações métricas nos polígonos e na circunferência. Resolução de triângulos e trigonometria. Áreas de polígonos, círculos e partes do círculo. Figuras geométricas espaciais: poliedros regulares, prismas, pirâmides, cilindros, cones. Cálculo de áreas e volumes destes sólidos. Esfera, superfície esférica e partes da esfera: cálculo de áreas e volumes. Semelhança de figuras planas e espaciais. Razões entre comprimento, áreas e volumes	47

Informática

1. Ferramentas e aplicações de informática, sistema operacional Windows.	01
2. Processador de texto e planilha eletrônica.	14
3. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet e intranet.	23
4. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).	33
5. Procedimentos básicos de segurança da informação.	34

História Geral e do Brasil

1. O Processo de Sedentarização na Antiguidade Ocidental. As transformações derivadas da Revolução Agrícola no Oriente Médio, Índia e China; Politeísmo e monoteísmo na formação das sociedades do Egito, da Mesopotâmia e do Oriente Próximo.	01
--	----

ÍNDICE

2.	Sociedade e trabalho na Antiguidade Clássica. A formação das cidades - Estado e suas contradições; As lutas sociais no mundo greco-romano; Grécia e Roma: as raízes culturais do mundo ocidental - a helenização.	05
3.	A Europa Feudal O Feudalismo e as relações sociais servis; A Igreja e a hegemonia política, econômica e cultural; A dinamização da sociedade urbana.	12
4.	As sociedades modernas A Reforma Protestante. O Estado Absolutista. A expansão comercial e marítima europeia. O Mercantilismo.	15
5.	Primeiros passos da colonização portuguesa. A economia açucareira. A pecuária nos sertões. Extrativismo vegetal e mineral. Escravidão e resistência.	20
6.	Colonizações Espanhola, Inglesa, Holandesa e Francesa na América.	25
7.	As revoltas no Brasil Colonial: Palmares, Beckman, Emboabas, Mascates, Vila Rica, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana.	29
8.	A independência das colônias americanas: Brasil e Estados Unidos.	29
9.	As revoluções burguesas na Inglaterra e na França A primeira e a segunda Revolução Industrial. A Revolução Francesa. A era napoleônica.	31
10.	O século XIX na História do Brasil As revoluções de 1830, 1848 e 1871 na Europa. O Segundo Reinado no Brasil. Abolição. República.	36
11.	Dinâmica e funcionamento das sociedades industriais contemporâneas. Capitalismo e imperialismo: A partilha da Ásia e da África. Intervenções estatais na economia: New Deal -EUA/1929 e planos quinquenais na URSS. A industrialização no Brasil: na Era Vargas, no período JK e na Época do “Milagre Brasileiro”.	46
12.	Urbanização e trabalho no século XX na América Latina e no Brasil. Lutas operárias no Brasil no início do Século XX. Trabalhismo e populismo na Era Vargas. Populismo na América Latina: Argentina e México. A reorganização dos movimentos sindicais no Brasil nos Anos 70: o novo sindicalismo	54
13.	Economia e sociedade no Pós - Guerra. Processo de industrialização e as novas tecnologias. Formação de blocos econômicos na nova divisão internacional. A Guerra Fria.	62
14.	Cidadania, movimentos sociais e questões étnicas a partir de 1960. As lutas pela conquista dos direitos civis nos EUA. Apartheid. Europa nos anos 60: Paris 1968 e a “Primavera de Praga”. Cultura e participação nos anos 60 no Brasil A questão do negro e da violência urbana no Brasil atual. O movimento feminista.	67
15.	Militarismo e autoritarismo na América Latina. Golpe civil - militar de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Governos militares na América Latina nas décadas de 70 e 80. Os movimentos de oposição ao regime militar: luta pela anistia, “Diretas já” e movimentos sociais urbanos.	69
16.	Tensões que envolvem o uso e a posse da terra na História do Brasil A Lei de Terras de 1850. A transição da mão - de - obra escrava para o trabalho livre no Brasil do século XIX. O Êxodo Rural e as relações de exploração e expropriação do Trabalhador Rural no Brasil Atual. A questão da Reforma Agrária e os Movimentos Sociais no campo no Brasil atual.	71

História de Alagoas

1.	A colonização em Alagoas. O ciclo do açúcar	01
2.	A invasão Holandesa. Reflexos das revoltas no Brasil Colônia em Alagoas	01
3.	Quilombo dos Palmares	02
4.	Alagoas no Primeiro e Segundo Reinado	04
5.	A História de Alagoas no período republicano.	19

Geografia Geral e do Brasil

1.	A Geografia como conhecimento científico. O objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. As diversas áreas da Geografia. Aplicações da Geografia	01
2.	O planeta Terra. Os principais movimentos da Terra e suas conseqüências geográficas. As representações cartográficas. A estrutura interna da Terra e suas principais características. As placas litosféricas. As interações natureza-sociedade. A questão ambiental. A atmosfera terrestre. As camadas da atmosfera. A dinâmica da atmosfera. Os elementos e fatores responsáveis pela diversificação climática. Os tipos de climas e suas influências sobre a cobertura vegetal. Problemas ambientais atmosféricos. O relevo terrestre: fatores endógenos e exógenos. Os diversos tipos de relevo. As rochas e os solos. Problemas ambientais geomofológicos	07
3.	Os recursos hídricos e sua utilização pelo homem. Oceanos, mares, lagos e rios: principais características. Transposição do Rio São Francisco	34
4.	A população mundial: conceitos fundamentais, dinâmica e distribuição espacial. População e meio ambiente. Migrações, xenofobia	49
5.	As desigualdades de desenvolvimento econômico-social no mundo. O modo de produção capitalista. As experiências socialistas no mundo. As transformações do Leste europeu. As áreas de economia subdesenvolvida. As áreas de economia desenvolvida. Os blocos econômicos e a formação dos grandes mercados. A globalização e seus efeitos sobre o espaço geográfico. Conflitos do Oriente Médio	58

6. O espaço brasileiro. Os principais aspectos do quadro natural. . A evolução do povoamento e a imigração estrangeira no país. A dinâmica populacional. Características do processo de urbanização. O espaço agrário: condicionantes naturais e socioeconômicos que influenciaram a agropecuária nacional. Os problemas agrários brasileiros, territórios, quilombos e indígenas. As atividades industriais. As fontes de energia. O comércio e os serviços. Os transportes e as comunicações 70
7. A organização regional no Brasil. As principais características naturais e socioeconômicas das grandes regiões brasileiras. A organização dos poderes no Brasil. A ordem econômica e financeira do Brasil..... 94

Geografia de Alagoas

1. Aspectos geográficos do Estado de Alagoas. 01

Cidadania e Legislação

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) - da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948). 01
 2. Constituição Federal. Direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos. 03
 3. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo. 29
 4. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública. 32
 5. Lei Estadual nº 5.247 de 26 de julho de 1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas) e suas posteriores atualizações. 35
 6. Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no DO de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências). 51
 7. Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84). 57
 8. Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/03)..... 74
-

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Gêneros Textuais. Análise E Compreensão De Textos, Para Identificar, Entre Outros Aspectos: O Tema Ou A Idéia Global Do Texto Ou, Ainda, O Tópico De Um Parágrafo; O Argumento Principal Defendido Pelo Autor; O Objetivo Ou A Finalidade Pretendida; A Síntese De Seu Conteúdo Global; A Função (Referencial, Expressiva, Apelativa) Que Desempenham; Os Elementos Que Compõem Uma Narrativa (Espaço, Tempo, Personagem Principal, Personagens Secundários, Conflito, Solução); Características De Fábulas E Histórias Em Quadrinhos; Características Do Texto Poético; A Fidelidade De Paráfrases A Seus Segmentos De Origem; Informações Explícitas E Implícitas Presentes No Texto; Relações Semânticas (Causalidade, Temporalidade, Conclusão, Comparação, Finalidade, Oposição, Condição, Explicação, Adição) Estabelecidas Entre Parágrafos, Períodos Ou Orações; Elementos Seqüenciadores Que Asseguram A Continuidade Do Texto	01
2. Relações De Sentido Entre Palavras (Sinonímia, Antonímia, Hiperonímia E Relações De Parte/Todo); Usos Metafóricos E Metonímicos Das Palavras E Expressões; Marcas Típicas Da Oralidade Informal	10
3. O Preconceito Lingüístico Variações Dialetais E De Registro	12
4. Morfossintaxe: Processos De Formação De Novas Palavras; Significado De Radicais, Prefixos E Sufixos; Neologismos E Empréstimos De Palavras Estrangeiras.	14
5. Colocação Das Palavras Na Oração.	21
6. Regência E Concordância Verbal E Nominal	23
7. Princípios Da Norma Padrão Escrita: Ortografia	25
8. Acentuação Gráfica.	26
9. Pontuação	27

GÊNEROS TEXTUAIS. ANÁLISE E COMPREENSÃO DE TEXTOS, PARA IDENTIFICAR, ENTRE OUTROS ASPECTOS: O TEMA OU A IDÉIA GLOBAL DO TEXTO OU, AINDA, O TÓPICO DE UM PARÁGRAFO; O ARGUMENTO PRINCIPAL DEFENDIDO PELO AUTOR; O OBJETIVO OU A FINALIDADE PRETENDIDA; A SÍNTESE DE SEU CONTEÚDO GLOBAL; A FUNÇÃO (REFERENCIAL, EXPRESSIVA, APELATIVA) QUE DESEMPENHAM; OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM UMA NARRATIVA (ESPAÇO, TEMPO, PERSONAGEM PRINCIPAL, PERSONAGENS SECUNDÁRIOS, CONFLITO, SOLUÇÃO); CARACTERÍSTICAS DE FÁBULAS E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS; CARACTERÍSTICAS DO TEXTO POÉTICO; A FIDELIDADE DE PARÁFRASES A SEUS SEGMENTOS DE ORIGEM; INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS PRESENTES NO TEXTO; RELAÇÕES SEMÂNTICAS (CAUSALIDADE, TEMPORALIDADE, CONCLUSÃO, COMPARAÇÃO, FINALIDADE, OPOSIÇÃO, CONDIÇÃO, EXPLICAÇÃO, ADIÇÃO) ESTABELECIDAS ENTRE PARÁGRAFOS, PERÍODOS OU ORAÇÕES; ELEMENTOS SEQUENCIADORES QUE ASSEGURAM A CONTINUIDADE DO TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse re-

curso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.
In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”*, *“B é igual a C”*, *“então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase *“O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”*, em que o termo imperialismo é descaído, uma vez que, a rigor, significa *“ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”*.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de *“apelações”*, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma *“tomada de posição”*, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos.

Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e *a conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de

raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
 Fulano é homem (premissa menor = particular)
 Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
 O calor dilata o bronze (particular)
 O calor dilata o cobre (particular)
 O ferro, o bronze, o cobre são metais
 Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
 Fulano tem um diploma (particular)
 Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
 Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
 Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e **síntese** são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.

Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminho, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

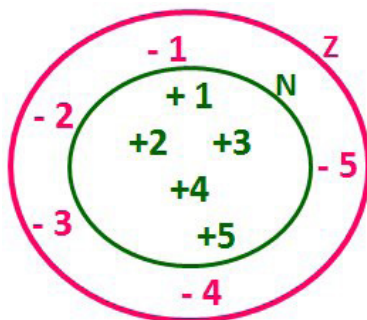
MATEMÁTICA

1. Conjuntos numéricos. Números Naturais e Números Inteiros: divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Noção elementar de números reais: operações e propriedades, relação de ordem, valor absoluto, desigualdades	01
2. Porcentagem	10
3. Juros simples	12
4. Regras de três	14
5. Seqüências, progressões aritméticas, progressões geométricas, noção de limite de uma seqüência, soma da série geométrica, representação decimal de um número real.	15
6. Combinatória e probabilidades. Problemas de contagem: arranjos, permutações e combinações Probabilidade: distribuição de probabilidades, probabilidade condicional e eventos independentes.	19
7. Estatística: distribuição de freqüência (média e mediana); medidas de dispersão (variância e desvio-padrão)	24
8. Sistemas lineares. Sistemas lineares: resolução e discussão. Matrizes: operações e aplicações a sistemas lineares	28
9. Funções. Noção de Função. Gráficos. Funções crescentes e Funções Decrescentes. Máximos e mínimos. Funções lineares, afins e quadráticas. Funções exponenciais e logarítmicas e aplicações a juros simples e compostos.	38
10. Geometria. Figuras geométricas planas: polígonos e a circunferência. Relações métricas nos polígonos e na circunferência. Resolução de triângulos e trigonometria. Áreas de polígonos, círculos e partes do círculo. Figuras geométricas espaciais: poliedros regulares, prismas, pirâmides, cilindros, cones. Cálculo de áreas e volumes destes sólidos. Esfera, superfície esférica e partes da esfera: cálculo de áreas e volumes. Semelhança de figuras planas e espaciais. Razões entre comprimento, áreas e volumes	47

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS: DIVISIBILIDADE, MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM, DECOMPOSIÇÃO EM FATORES PRIMOS. NOÇÃO ELEMENTAR DE NÚMEROS REAIS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES, RELAÇÃO DE ORDEM, VALOR ABSOLUTO, DESIGUALDADES

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}, (N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



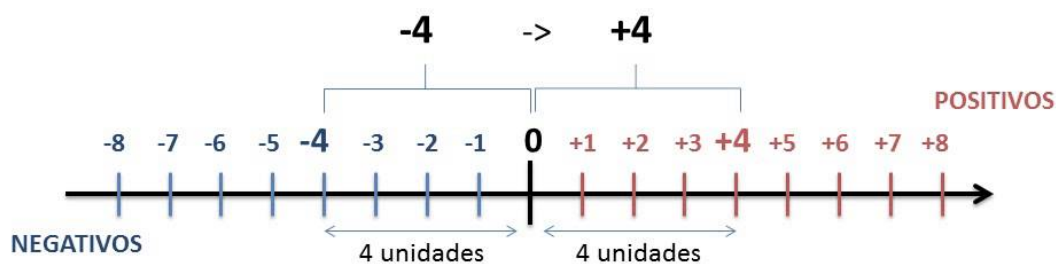
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:
 $52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

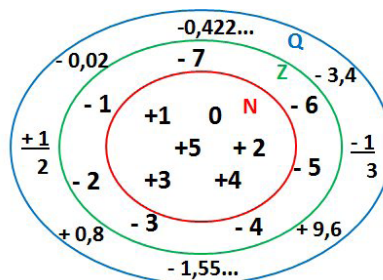
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

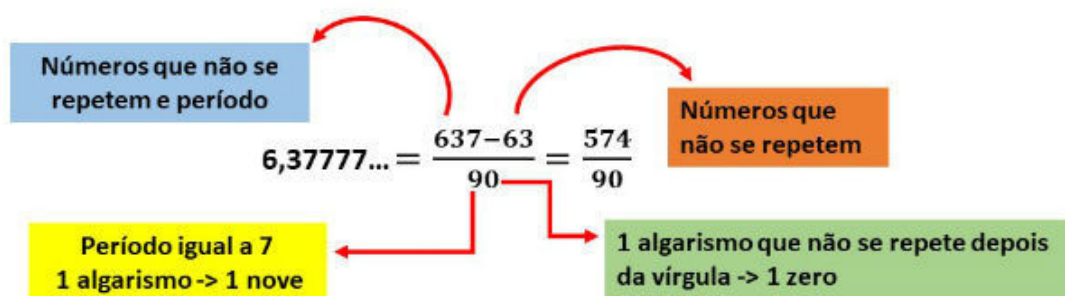
$$0,58333\dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos (58) → 583 - 58 = 525
 Período com 1 algarismo (3) → 900
 2 algarismos zeros (900)
 1 algarismo 9 (900)

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)



$6\frac{34}{90} \rightarrow$ temos uma fração mista, transformando $-a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574$, logo: $\frac{574}{90}$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$1,3333... = \frac{12}{9} = \frac{4}{3}$
 $1,5 = \frac{15}{10} = \frac{3}{2}$
 $\frac{\frac{4}{3} + \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} + \frac{4}{3}} = \frac{\frac{17}{6}}{\frac{17}{6}} = 1$

Resposta: B

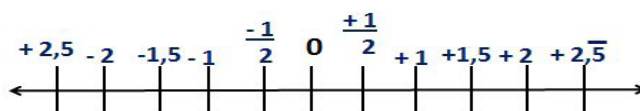
Características dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número $(a/b)^{-n}$, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador $(b/a)^n$.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q , isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na adição/subtração se o denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5+9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

• **Multiplicação:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

• **Divisão:** a divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q , isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

$$\frac{a}{b} \div \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c}$$

Exemplo:

(PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB) Numa operação policial de rotina, que abordou 800 pessoas, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas eram homens e $\frac{1}{5}$ deles foram detidos. Já entre as mulheres abordadas, $\frac{1}{8}$ foram detidas.

Qual o total de pessoas detidas nessa operação policial?

- (A) 145
- (B) 185
- (C) 220
- (D) 260
- (E) 120

Resolução:

$$800 \cdot \frac{3}{4} = 600 \text{ homens}$$

$$600 \cdot \frac{1}{5} = 120 \text{ homens detidos}$$

Como $\frac{3}{4}$ eram homens, $\frac{1}{4}$ eram mulheres

$$800 \cdot \frac{1}{4} = 200 \text{ mulheres ou } 800 - 600 = 200 \text{ mulheres}$$

$$200 \cdot \frac{1}{8} = 25 \text{ mulhers detidas}$$

Total de pessoas detidas: $120 + 25 = 145$

Resposta: A

• **Potenciação:** é válido as propriedades aplicadas aos números inteiros. Aqui destacaremos apenas as que se aplicam aos números racionais.

A) Toda potência com expoente negativo de um número racional diferente de zero é igual a outra potência que tem a base igual ao inverso da base anterior e o expoente igual ao oposto do expoente anterior.

$$\left(-\frac{3}{5}\right)^{-2} = \left(-\frac{5}{3}\right)^2 = \frac{25}{9}$$

B) Toda potência com expoente ímpar tem o mesmo sinal da base.

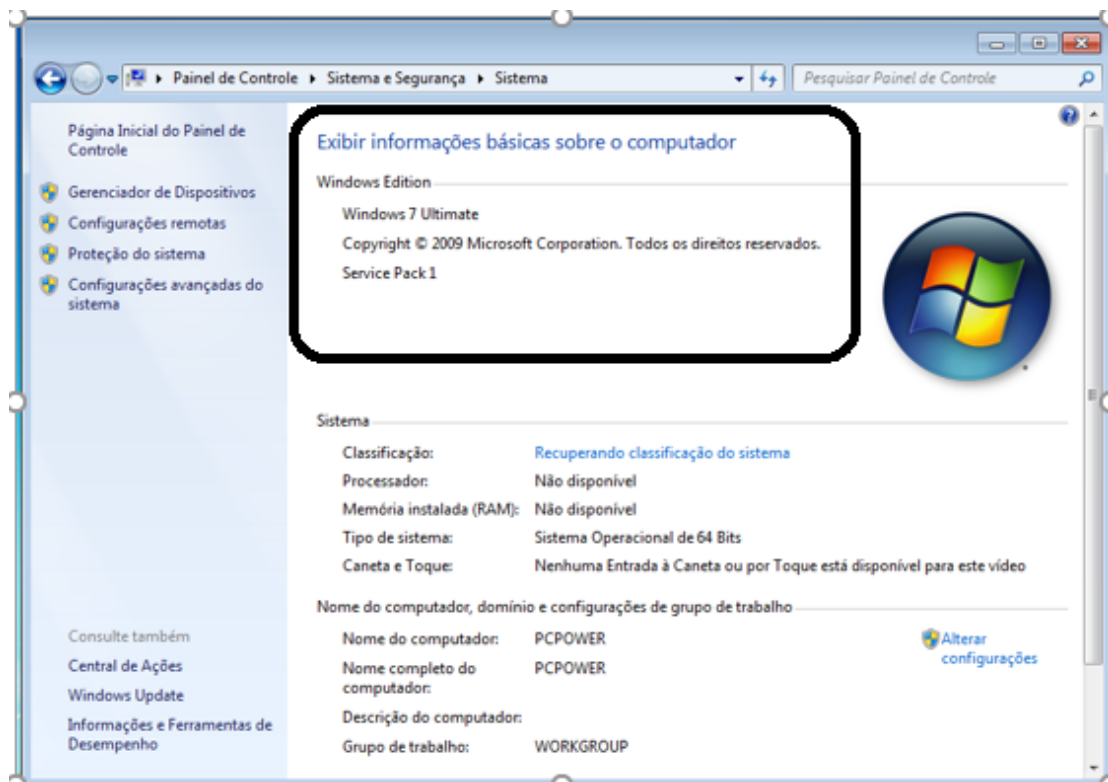
$$\left(\frac{2}{3}\right)^3 = \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) = \frac{8}{27}$$

INFORMÁTICA

1. Ferramentas e aplicações de informática, sistema operacional Windows.	01
2. Processador de texto e planilha eletrônica.	14
3. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet e intranet.	23
4. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).	33
5. Procedimentos básicos de segurança da informação.	34

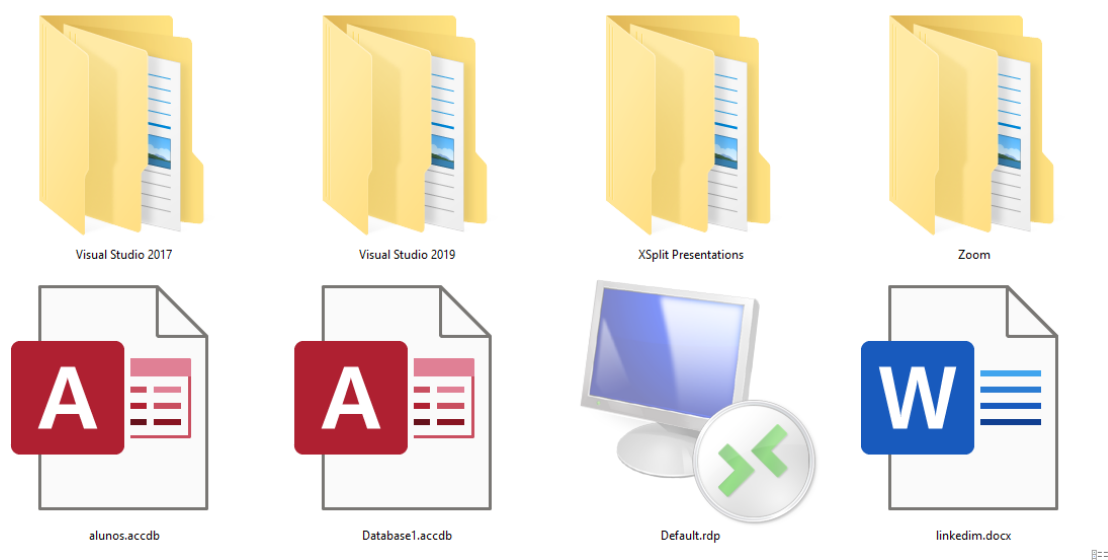
FERRAMENTAS E APLICAÇÕES DE INFORMÁTICA, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

WINDOWS 7



Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos). Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais. Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

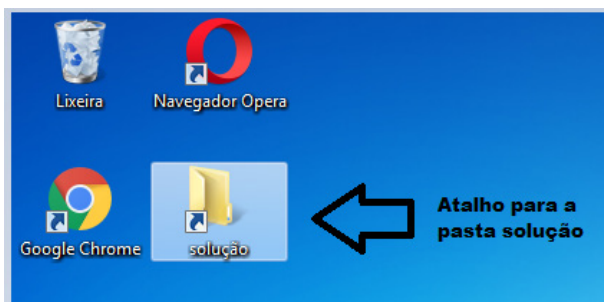
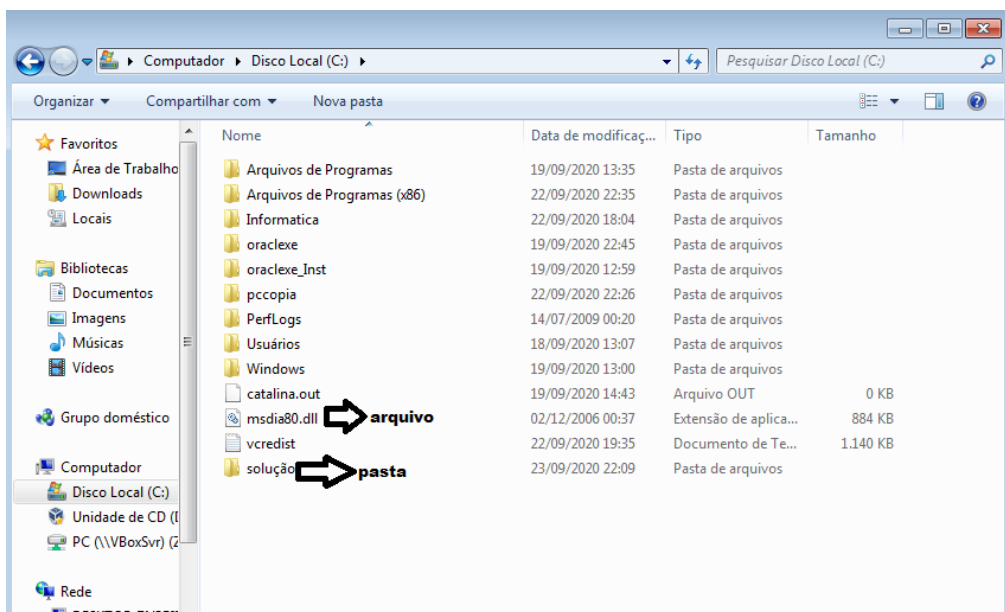


No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

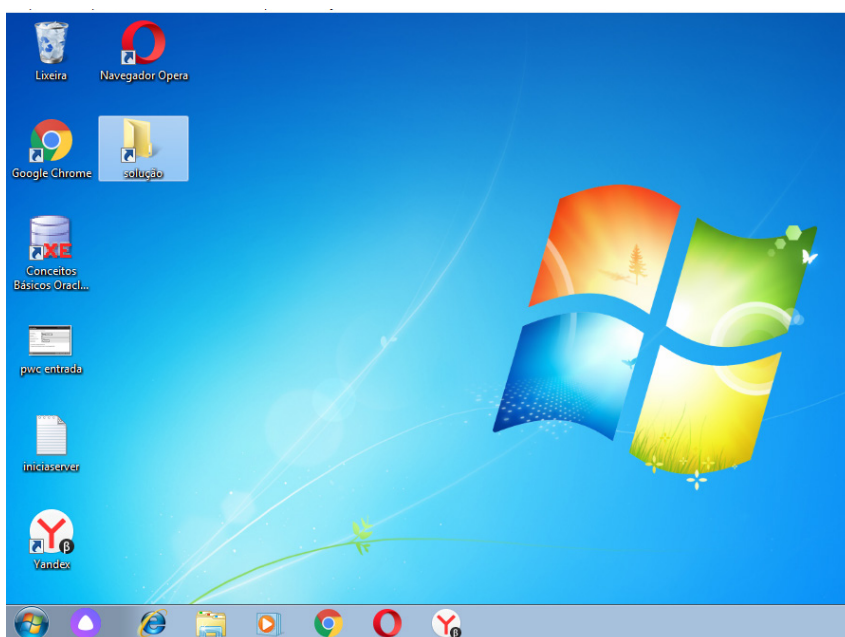
Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho do Windows 7



Área de transferência

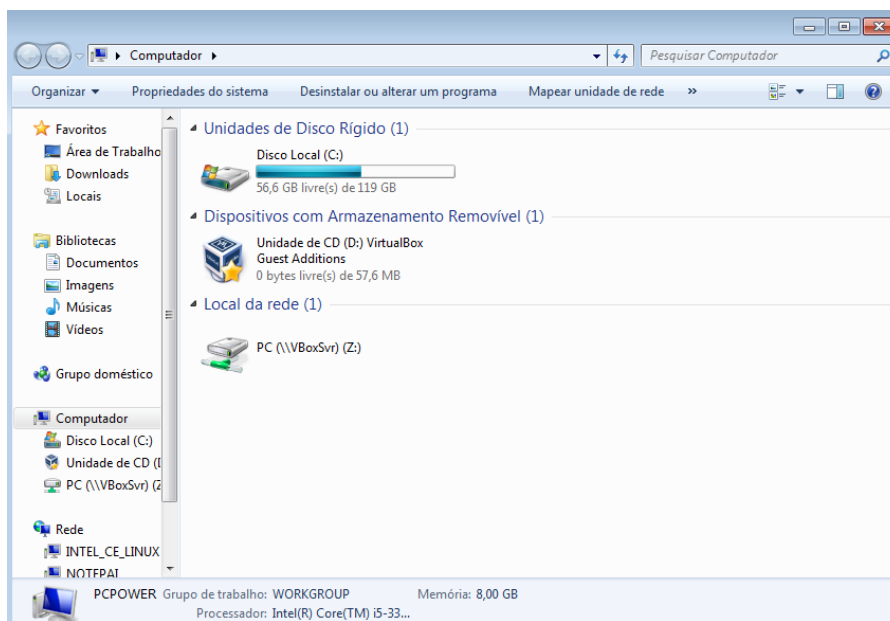
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

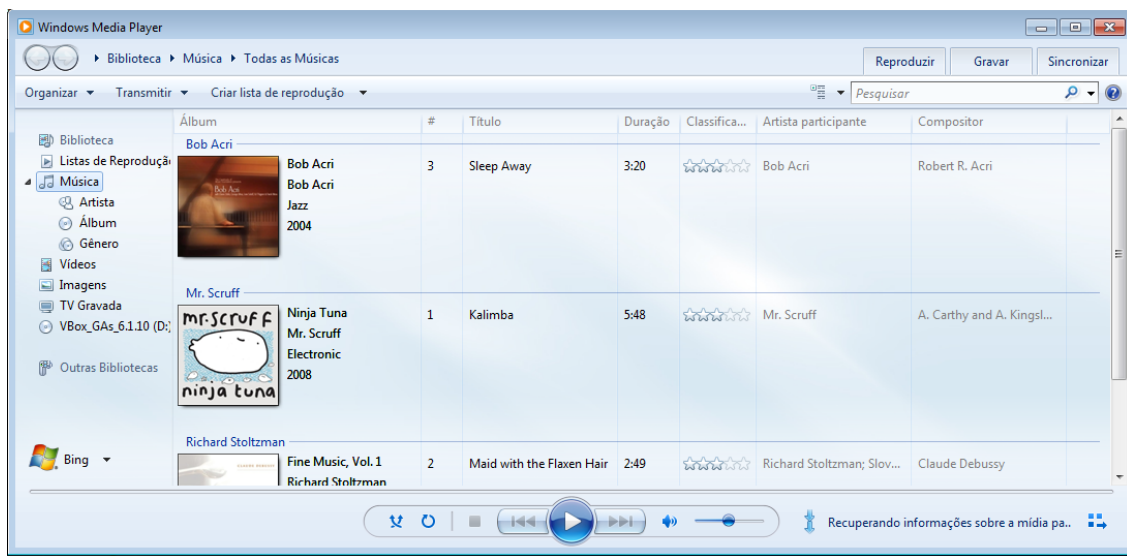
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela , simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

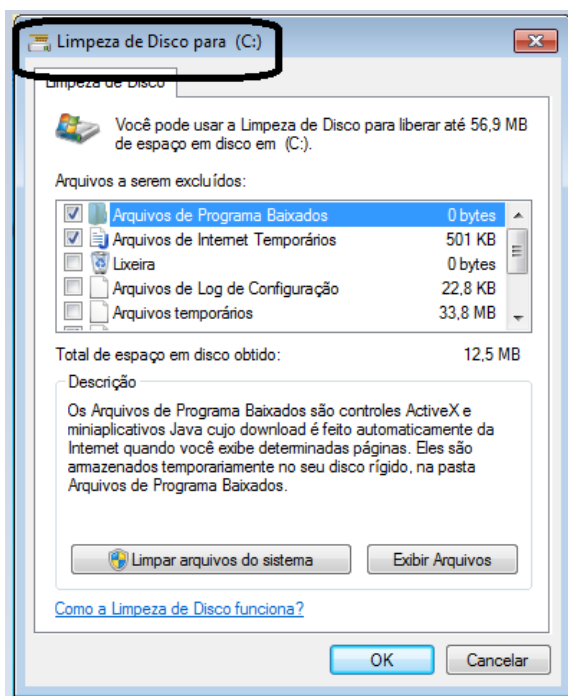
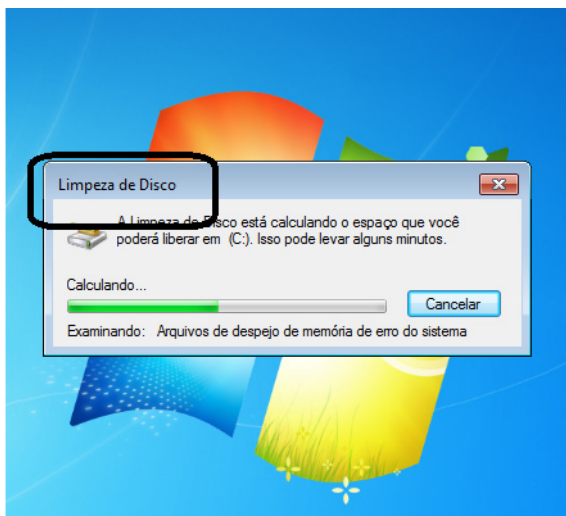
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

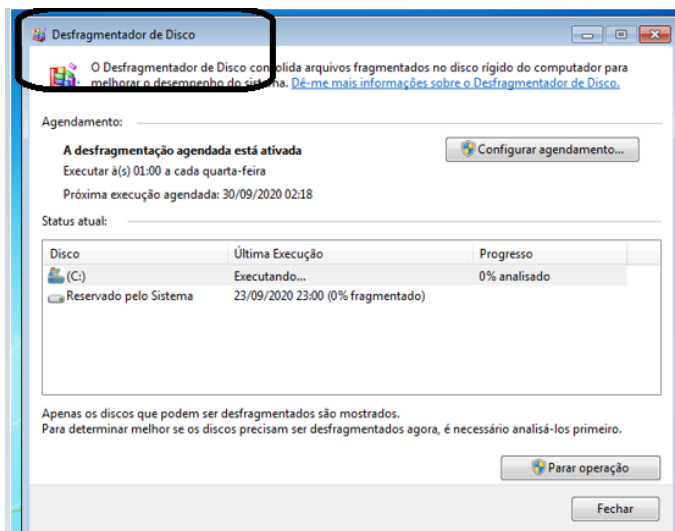


Ferramentas do sistema

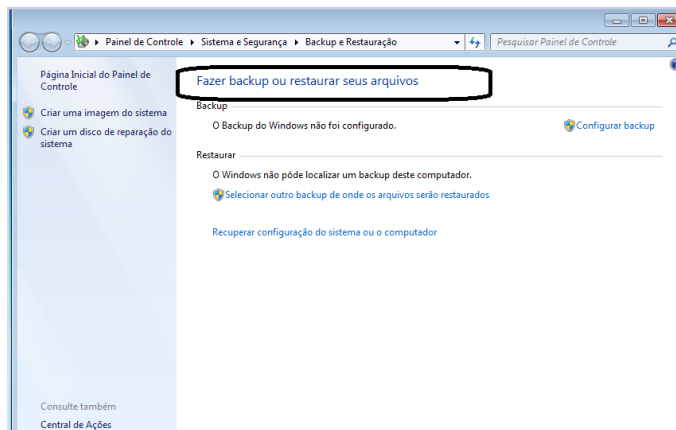
- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



- O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL

1. O Processo de Sedentarização na Antiguidade Ocidental. As transformações derivadas da Revolução Agrícola no Oriente Médio, Índia e China; Politeísmo e monoteísmo na formação das sociedades do Egito, da Mesopotâmia e do Oriente Próximo. 01
 2. Sociedade e trabalho na Antiguidade Clássica. A formação das cidades - Estado e suas contradições; As lutas sociais no mundo greco-romano; Grécia e Roma: as raízes culturais do mundo ocidental - a helenização. 05
 3. A Europa Feudal O Feudalismo e as relações sociais servis; A Igreja e a hegemonia política, econômica e cultural; A dinamização da sociedade urbana. 12
 4. As sociedades modernas A Reforma Protestante. O Estado Absolutista. A expansão comercial e marítima europeia. O Mercantilismo. 15
 5. Primeiros passos da colonização portuguesa. A economia açucareira. A pecuária nos sertões. Extrativismo vegetal e mineral. Escravidão e resistência. 20
 6. Colonizações Espanhola, Inglesa, Holandesa e Francesa na América. 25
 7. As revoltas no Brasil Colonial: Palmares, Beckman, Emboabas, Mascates, Vila Rica, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana. . . . 29
 8. A independência das colônias americanas: Brasil e Estados Unidos. 29
 9. As revoluções burguesas na Inglaterra e na França A primeira e a segunda Revolução Industrial. A Revolução Francesa. A era napoleônica. 31
 10. O século XIX na História do Brasil As revoluções de 1830, 1848 e 1871 na Europa. O Segundo Reinado no Brasil. Abolição. República. 36
 11. Dinâmica e funcionamento das sociedades industriais contemporâneas. Capitalismo e imperialismo: A partilha da Ásia e da África. Intervenções estatais na economia: New Deal -EUA/1929 e planos quinquenais na URSS. A industrialização no Brasil: na Era Vargas, no período JK e na Época do “Milagre Brasileiro”. 46
 12. Urbanização e trabalho no século XX na América Latina e no Brasil. Lutas operárias no Brasil no início do Século XX. Trabalhismo e populismo na Era Vargas. Populismo na América Latina: Argentina e México. A reorganização dos movimentos sindicais no Brasil nos Anos 70: o novo sindicalismo 54
 13. Economia e sociedade no Pós - Guerra. Processo de industrialização e as novas tecnologias. Formação de blocos econômicos na nova divisão internacional. A Guerra Fria. 62
 14. Cidadania, movimentos sociais e questões étnicas a partir de 1960. As lutas pela conquista dos direitos civis nos EUA. Apartheid. Europa nos anos 60: Paris 1968 e a “Primavera de Praga”. Cultura e participação nos anos 60 no Brasil A questão do negro e da violência urbana no Brasil atual. O movimento feminista. 67
 15. Militarismo e autoritarismo na América Latina. Golpe civil - militar de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Governos militares na América Latina nas décadas de 70 e 80. Os movimentos de oposição ao regime militar: luta pela anistia, “Diretas já” e movimentos sociais urbanos. 69
 16. Tensões que envolvem o uso e a posse da terra na História do Brasil A Lei de Terras de 1850. A transição da mão - de - obra escrava para o trabalho livre no Brasil do século XIX. O Êxodo Rural e as relações de exploração e expropriação do Trabalhador Rural no Brasil Atual. A questão da Reforma Agrária e os Movimentos Sociais no campo no Brasil atual. 71
-

O PROCESSO DE SEDENTARIZAÇÃO NA ANTIGUIDADE OCIDENTAL. AS TRANSFORMAÇÕES DERIVADAS DA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA NO ORIENTE MÉDIO, ÍNDIA E CHINA; POLITEÍSMO E MONOTEÍSMO NA FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DO EGITO, DA MESOPOTÂMIA E DO ORIENTE PRÓXIMO

As mais antigas civilizações da história surgiram na **Antiguidade Oriental** entre os anos 4.000 a.C. e 2.000 a.C. Toda a sua organização sociopolítica tinha como foco o controle das águas e da produtividade agrícola, portanto ficaram conhecidas como **civilizações hidráulicas**¹.

Estas civilizações apresentaram características comuns como a escrita, a arquitetura monumental, a agricultura extensiva, a domesticação de animais, a metalurgia, a escultura, a pintura em cerâmica, a divisão da sociedade em classes e a religião organizada.

A invenção da escrita permitiu ao homem registrar e difundir ideias, descobertas e acontecimentos que ocorriam ao seu redor. Esse avanço é responsável por grandes progressos científicos e tecnológicos que possibilitaram o surgimento de civilizações mais complexas.

Apesar da fixação dos diversos grupos humanos em áreas próximas aos rios ter ocorrido em regiões distintas, a maioria das civilizações da Antiguidade se desenvolveu no **Crescente Fértil**. Esta área possui a forma de arco e estende-se do Vale do Jordão à Mesopotâmia, além de abrigar os rios Tigres e Eufrates. A revolução agrícola e a fixação de grupos humanos em locais determinados ocorreram simultaneamente no Crescente Fértil. Neste mesmo período outras civilizações se desenvolveram às margens dos rios Nilo (egípcia), Amarelo (chinesa), Indo e Ganges (paquistanesa e indiana).

Principais Civilizações

Egito

A Civilização egípcia data do ano de 4.000 a.C., permanecendo relativamente estável por 35 séculos, apesar de inúmeras invasões das quais foi vítima.

Em 1822, o francês Jean François Champollion decifrou a antiga escrita egípcia tornando possível o acesso direto às suas fontes e informação. Até então, o conhecimento sobre o Egito era obtido através de historiadores da Antiguidade greco-romana.

Meio Ambiente e Seus Impactos

Localizado no nordeste africano de clima semiárido e chuvas escassas ao longo do ano, o vale do rio Nilo é um oásis em meio a uma região desértica. Durante a época das cheias, o rio depositava em suas margens uma lama fértil na qual durante a vazante eram cultivados cereais e hortaliças.

O rio Nilo é essencial para a sobrevivência do Egito. A interação entre a ação humana e o meio ambiente é evidente na história da civilização egípcia, pois graças à abundância de suas águas era possível irrigar as margens durante o período das cheias. A necessidade da construção de canais para irrigação e de barragens para armazenar água próximo às plantações foi responsável pelo aparecimento do Estado centralizado.

Evolução Histórica

A história política do Egito Antigo é tradicionalmente dividida em duas épocas:

- **Pré-Dinástica (até 3200 a.C.):** ausência de centralização política.

População organizada em nomos (comunidades primitivas) independentes da autoridade central que era chefiada pelos monarcas. A unificação dos nomos se deu em meados do ano 3000 a.C., período em que se consolidaram a economia agrícola, a escrita e a técnica de trabalho com metais como cobre e ouro.

Dois reinos - Alto Egito (sul) e Baixo Egito (norte) - surgiram por volta de 3500 a.C. em consequência da necessidade de unir esforços para a construção de obras hidráulicas.

- **Dinástica:** forte centralização política.

Menés, rei do Alto Egito, subjugou em 3200 a.C. o Baixo Egito. Moveu a unificação política das duas terras sob uma monarquia centralizada na imagem do faraó, dando início ao Antigo Império, Menés tornou-se o primeiro faraó.

Períodos da Época Dinástica

A Época Dinástica é dividida em **três períodos**:

Antigo Império (3200 a.C. – 2300 a.C.)

Capital: Mênfis

Foi inventada a escrita hieroglífica.

Construção das grandes pirâmides de Gizé, entre as quais as mais conhecidas são as de Quéops, Quéfrem e Miquerinos. Tais construções exigiam avançadas técnicas de engenharia e grande quantidade de mão-de-obra.

Médio Império (2040 a.C. -1580 a.C.)

Durante 200 anos o Antigo Egito foi palco de guerras internas marcadas pelo confronto entre o poder central do faraó e os governantes locais (nomarcas). A partir de 2040 a.C., uma dinastia poderosa (a 12ª) passou a governar o país iniciando o período mais glorioso do Antigo Egito: o **Médio Império**. Nesse período:

- Capital: Tebas

- Poder político: o faraó dividia o trono com seu filho para garantir a sucessão ainda em vida.

- Estabilidade interna coincidiu com a expansão territorial.

Os Hicsos

Rebeliões de camponeses e escravos enfraqueceram a autoridade central no final do Médio Império, permitindo aos hicsos - um povo de origem caucasiana com grande poderio bélico que havia se estabelecido no Delta do Nilo - conquistar todo o Egito (c.1700 a.C.). Os hicsos conquistaram e controlaram o Egito até 1580 a.C. quando o chefe militar de Tebas os derrotou. Iniciou-se, então, um novo período na história do Egito Antigo, que se tornou conhecido como **Novo Império**.

Novo Império - (1580 a.C - 525 a.C.)

O Egito expulsou os hicsos conquistando, em seguida, a Síria e a Palestina.

- Capital: Tebas.

- Dinastia de governantes descendentes de militares.

- Aumento do poder dos sacerdotes e do prestígio social de militares e burocratas.

- Militarismo e expansionismo, especialmente sob o reinado dos faraós Tutmés e Ramsés.

- Conquista da Síria, Fenícia, Palestina, Núbia, Mesopotâmia, Chipre, Creta e ilhas do Mar Egeu.

- Afluxo de riqueza e escravos e aumento da atividade comercial controlada pelo Estado. Amenófis IV promoveu uma reforma religiosa para diminuir a autoridade dos sacerdotes e fortalecer seu poder implantando o monoteísmo (a crença numa única divindade) durante seu reino.

1 Antiguidade Oriental. Educabras. <https://bit.ly/37xsl9t>.

- Invasões dos “povos do mar” (ilhas do Mediterrâneo) e tribos nômades da Líbia e consequente perda dos territórios asiáticos.
- Invasão dos persas liderados por Cambises.
- Fim da independência política.

Com o fim de sua independência política o Egito foi conquistado em 343 a.C. pelos persas. Em 332 a.C. passou a integrar o Império Macedônio e, a partir de 30 a.C., o Império Romano.

Aspectos Econômicos

Base econômica:

- Agricultura de regadio com cultivo de cereais (trigo, cevada, algodão, papiro, linho) favorecida pelas obras de irrigação.
- Outras atividades econômicas: criação de animais (pastoreio), artesanato e comércio.

Aspectos Políticos

Monarquia teocrática:

- O governante (faraó) era soberano hereditário, absoluto e considerado uma encarnação divina. Era auxiliado pela burocracia estatal nos negócios de Estado.

- Havia uma forte centralização do poder com anulação dos poderes locais devido à necessidade de conjugação de esforços para as grandes construções.

- O governo era proprietário das terras e cobrava impostos das comunidades camponesas (servidão coletiva). Os impostos podiam ser pagos via trabalho gratuito nas obras públicas ou com parte da produção.

Aspectos Sociais

- Predomínio das sociedades estamentais (compostas por categorias sociais, cada uma possuía sua função e seu lugar na sociedade).

- A estrutura da sociedade egípcia pode ser comparada a uma pirâmide. No vértice o faraó, em seguida a alta burocracia (altos funcionários, sacerdotes e altos militares) e, na base, os trabalhadores em geral. A sociedade era dividida nas seguintes categorias sociais:

O faraó e sua família - O faraó era a autoridade suprema em todas as áreas, sendo responsável por todos os aspectos da vida no Antigo Egito. Controlava as obras de irrigação, a religião, os exércitos, promulgação e cumprimento das leis e o comércio. Na época de carestia era responsabilidade do faraó alimentar a população.

Aristocracia (nobreza e sacerdotes). A nobreza ajudava o faraó a governar.

Grupos intermediários (militares, burocratas, comerciantes e artesãos).

Camponeses.

Escravos.

Os **escribas**, que dominavam a arte da escrita (hieróglifos), governantes e sacerdotes formavam um grupo social distinto no Egito.

Aspectos Culturais

- A cultura era privilégio das altas camadas.
- Destaque para engenharia e arquitetura (grandes obras de irrigação, templos, palácios).
- Desenvolvimento da técnica de mumificação de corpos.
- Conhecimento da anatomia humana.
- Avanços na Medicina.
- Escrita pictográfica (hieróglifos).
- Calendário lunar.

- Avanços na Astronomia e na Matemática, tendo como finalidade a previsão de cheias e vazantes. Desenvolvimento do sistema decimal. Mesmo sem conhecer o zero, os egípcios criaram os fundamentos da Geometria e do Cálculo.

Aspectos Religiosos

- Politeísmo.

- Culto ao deus Sol.

As divindades são representadas com formas humanas (politeísmo antropomórfico), com corpo de animal ou só com a cabeça de um bicho (politeísmo antropozoomórfico).

- Crença na vida após a morte (Tribunal de Osíris), daí a necessidade de preservar o cadáver, desenvolvimento de técnicas de mumificação, aprimoramento de conhecimentos médico-anatômicos.

Mesopotâmia

Região do Oriente Médio, localizada entre os rios Tigre e Eufrates (a palavra Mesopotâmia significa entre rios), onde se sucederam as civilizações dos Sumérios, Babilônicos, Assírios e Caldeus. A Mesopotâmia não se unificou sob um governo como no Egito, a região era povoada de cidades-estados independentes que periodicamente exerciam forte hegemonia sobre toda a Mesopotâmia.

Meio Ambiente e seus Impactos

Situada entre os rios Tigre e Eufrates, a Mesopotâmia pertencia ao chamado Crescente Fértil. Ao norte, o território é montanhoso, desértico e, portanto, menos fértil. Já ao sul, a região é constituída por planícies muito férteis. A aridez do clima obrigou a fixação da população às margens dos rios Tigre e Eufrates, cujas águas permitiram o desenvolvimento da agricultura na região. A construção de obras de irrigação foi fundamental para o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis na área.

Além disso, por ser uma região de grande fertilidade em meio a regiões áridas, a Mesopotâmia foi vítima de constantes invasões de povos estrangeiros.

Evolução histórica e características de cada civilização:

Sumérios (antes de 2000 a.C.)

Originários do planalto do Irã, fixaram-se na Caldéia.

Organizavam-se politicamente em cidades-estado, sendo as principais Ur, Uruk, Lagash e Eridu. Em cada cidade-Estado o poder político era exercido por chefes militares e religiosos (rei-sacerdotes) chamados de patesi.

A religião era politeísta. O templo era não somente o centro religioso como político, administrativo e financeiro.

Contribuição cultural: invenção da escrita cuneiforme: sinais abstratos em forma de cunha, feitos em tábuas de argila.

Na literatura, destaque para os poemas “O Mito da Criação” e “A Epopeia de Gilgamesh”.

Acadianos (antes de 2000 a.C.)

Povo de origem semita que ocupou a parte central da Mesopotâmia, realizando, por volta de 2300 a.C., durante o reinado de Sargão I, a sua unificação política.

Estabeleceu sua capital em Akkad, daí o nome da civilização acadiana.

Disputas internas e invasões estrangeiras levaram ao desaparecimento desse Império.

Primeiro Império Babilônico (2000 a.C. – 1750 a.C.)

Grupo de invasores amoritas, vindos do deserto da Arábia Capital: Babilônia. Grande centro urbano da Antiguidade Oriental, eixo econômico e cultural da região.

Hamurábi foi o mais importante rei babilônico. Unificou politicamente a Mesopotâmia e elaborou o primeiro código de leis escritas: **Código de Hamurábi** (compilação de procedimentos jurídicos). Neste, está prevista a Lei do Talião (“olho por olho, dente por dente”), abrange quase todos os aspectos da vida babilônica (comércio, propriedade, herança, direitos da mulher, família, escravidão etc.).

Hamurábi realizou uma reforma religiosa, instituindo o culto a Marduk, principal divindade em honra de quem foi construído um imponente zigurate.

Rebeliões internas e invasões que levaram a um enfraquecimento do Império e fragmentação do poder.

Império Assírio (1300 a.C. – 612a.C.)

Ocupou o norte da Mesopotâmia, perto do curso superior do rio Tigre, região rica em madeira e minério (cobre e ferro).

Capital: Assur.

Principal atividade econômica: pastoreio e comércio. Grande parte da riqueza vinha do saque das regiões conquistadas.

Militarismo: Usavam cavalos e armas de ferro e passaram para a história como o povo mais guerreiro da antiguidade.

Império: Conquista da Mesopotâmia, da Síria e da Palestina.

Crueldade com os derrotados de guerra e escravidão dos sobreviventes.

Segundo Império Babilônico (612 a.C. – 539 a.C.)

Origem semita: derrotando assírios, estabeleceu seu poder sobre a Mesopotâmia.

Capital: Babilônia.

Com o rei Nabucodonosor II, o império babilônico atingiu seu apogeu. Ampliou as fronteiras do reino, dominando a Fenícia e a Síria. Vitória sobre o Egito, ocupação do Reino de Judá e Jerusalém com escravidão dos hebreus (episódio conhecido como “O Cativeiro da Babilônia”).

Construção de grandes obras públicas, templos e palácios. Zigurate (imponente construção em forma de torre com degraus, conhecido como a torre de Babel) e os famosos “Jardins Suspensos da Babilônia”.

Com a morte de Nabucodonosor II há o enfraquecimento do reino, tornando-se alvo da expansão persa. Chefiados por Ciro I, os persas invadiram e dominaram a Mesopotâmia, que se tornou uma província do Império Persa.

Fenícia

A Fenícia corresponde atualmente à região do Líbano. De recursos naturais escassos, além do clima árido e solo pouco apropriado à atividade agrícola, sua localização geográfica favoreceu fundamentalmente a navegação e o comércio. Essa vocação marítima dos fenícios contou ainda com a ajuda das abundantes florestas de cedro, madeira adequada para a fabricação de embarcações, presentes em seu território.

Os fenícios não conheceram na Antiguidade a centralização política, organizando-se segundo cidades-estados; unidades autônomas do ponto de vista econômico e administrativo, sendo que as que mais se destacaram foram Biblos, Tiro e Sidon.

A principal classe da sociedade fenícia, pelas próprias atividades econômicas dessa civilização, era formada pelos comerciantes e armadores que controlavam a vida econômica e política das cidades-estados.

A expansão das atividades comerciais levou os fenícios a controlar a navegação no Mediterrâneo, onde fundaram diversas colônias e feitorias. Entre elas destacam-se Palermo, na Sicília, Cádiz e Málaga, na Espanha, e, principalmente, Cartago, no norte da África. A cultura fenícia, dado o caráter “aberto” de sua organização socioeconômica, assimilou diversos componentes de outras culturas. Cabe, destacar, sua mais importante contribuição para a cultura ocidental: a invenção do alfabeto com 22 letras, matriz de nossa escrita atual.

Outros Povos da Antiguidade

China

As primeiras Dinastias Chinesas

Segundo pesquisadores, os primeiros grupos humanos a se fixarem em áreas que hoje fazem parte do território da China teriam chegado à região há cerca de 30 mil anos. Por volta de 7000 a.C., surgiram os primeiros povoados à margem dos rios, especialmente no vale do **rio Amarelo**, no norte da China, onde a agricultura mais se desenvolveu².

Aos poucos, esses povoados se transformaram em pequenos Estados governados por chefes cujo poder era transmitido por meio de laços familiares. Por volta de 2200 a.C., um dos chefes, Yü, o Grande, unificou os pequenos Estados, dando início à dinastia Xia, a primeira da história da China.

Os governantes Xia construíram muralhas ao redor das cidades e organizaram um exército equipado com armas de bronze. Dominando uma área de aproximadamente 1,6 mil quilômetros quadrados, os Xia reinaram até o século XVIII a.C., quando foram derrubados pelos Shang, que fundaram uma nova dinastia.

Os Shang governaram por cerca de 700 anos, até o final do século XI a.C. Nesse período, o território chinês passou a ter 100 mil quilômetros quadrados de área. Durante a dinastia Shang, surgiu uma escrita primitiva - conhecida como Yin-xu - que originou a atual escrita chinesa, feita com ideogramas.

Os chineses da Era Shang desenvolveram um calendário com 365 dias, passaram a utilizar conchas como dinheiro, criaram instrumentos musicais (tambores e sinos) e inventaram a técnica de fabricar tecidos utilizando-se de casulos do bicho-da-seda. Eles acreditavam em vários deuses, consultavam oráculos e faziam sacrifícios humanos e de animais em nome dessas divindades.

Em 1122 a.C., teve início a dinastia Zhou e um período de duzentos anos de tranquilidade. A partir do século IX a.C., os grandes proprietários de terra e os pequenos Estados sob seu controle tornaram-se mais poderosos, enfraquecendo gradativamente o poder real. Entre 475 a.C. e 221 a.C., os reinos de Chu, Yan, Qi, Zhao, Han, Wei e Qin travaram violentas lutas pela hegemonia da China.

Esse período de batalhas ficou conhecido como Período dos Reinos Combatentes. Em 221 a.C., o reino de Qin conseguiu anexar os territórios dos reinos adversários e unificou a China em um único Estado. Seu rei, Ying Zheng, pertencente à dinastia Qin, proclamou-se imperador. Era o começo da fase imperial da história chinesa.

² Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

Confucionismo

O Período dos Reinos Combatentes - pelas alterações violentas provocadas no modo de organização política e social da China - provocou diversas reflexões a respeito do papel do Estado, das leis e dos governantes, e do modo de vida da sociedade. Desse processo nasceram teorias filosóficas ainda hoje muito presentes na China, como o taoísmo e o confucionismo.

O confucionismo é um sistema filosófico elaborado pelo pensador chinês Kung-Fu-Tzu (551 a.C.-479 a.C.), chamado entre os ocidentais de Confúcio, que se dedicou a pensar como o Estado, os governantes e os indivíduos poderiam viver em uma sociedade harmônica e mais feliz. Para ele, uma sociedade amparada na ordem e na justiça só seria possível por meio da capacidade de amar, ser bondoso, praticar o bem, ter respeito e interesse para com os outros. Os conceitos de Confúcio foram mesclados a diversas religiões e aspectos da vida chinesa ao longo dos séculos.

O Primeiro Império Chinês

Durante seu governo, o imperador Qin Ying Zheng (221 a.C.-210 a.C.) transformou a China em um império fortemente centralizado. Padronizou o sistema de pesos e medidas e os tipos de escrita, criou um rígido conjunto de leis e construiu diversas estradas. Para defender o território chinês de invasões, determinou que as muralhas que protegiam as cidades fossem interligadas.

Mais de 1 milhão de trabalhadores foram mobilizados nessa tarefa, que resultou na construção dos 4,2 mil quilômetros da Grande Muralha, no norte da China. Com a morte de Ying Zheng, o império entrou em crise. Em 206 a.C., um líder chamado Liu Bang venceu seus adversários e assumiu o governo. Era o início da dinastia Han, que terminaria apenas no século III d.C.

A Dinastia Han

Grande parte das medidas adotadas pela dinastia Han (entre os séculos III a.C. e III d.C.) levou a China a um notável desenvolvimento econômico e cultural. A produção agrícola, por exemplo, teve um grande avanço devido à introdução de arados puxados por bois, à utilização de instrumentos de ferro e à construção de canais de irrigação.

O desenvolvimento agrícola e comercial permitiu que a China estabelecesse importantes laços comerciais com povos vizinhos e até mesmo com o Ocidente, por meio das **Rotas da Seda**, como ficaram conhecidos os diversos caminhos entre a China e a Europa.

Na área da **medicina**, os chineses fizeram experiências de dissecação de cadáveres e cirurgias com anestésias. Difundiram-se ainda o uso de ervas e a prática da acupuntura para o tratamento de doenças. Os cientistas chineses desenvolveram também avançados conceitos matemáticos, como as quatro operações com frações e o cálculo com números positivos e negativos.

Sob essa dinastia também se consolidaram várias invenções dos chineses, como a técnica de fabricação de papel com cascas de árvores e outras fibras ricas em celulose (veja, na seção Eu também posso participar, as origens do papel e a importância de sua reciclagem nos dias de hoje), um instrumento que indicava a direção dos ventos, o sismógrafo (aparelho que mede tremores de terra), a bússola, a pólvora e os relógios de sol e de água.

As dinastias Tang e Song

Após o fim da dinastia Han no século III d.C., a China viveu períodos de unificação e fragmentação do poder imperial, sofrendo ataques de povos como os tibetanos e os turcos. A partir de 618, uma rebelião colocou no poder a dinastia Tang e teve início um período que se estendeu até 907, conhecido como **Idade de Ouro**.

A economia expandiu-se, a agricultura prosperou de modo notável e a metalurgia desenvolveu-se como incremento de oficinas de fundição de cobre, ferro e prata. O comércio com os povos vizinhos se dinamizou e surgiram diversas cidades. Em 907, uma rebelião camponesa provocou a queda da dinastia Tang e a China voltou a ser dividida em vários reinos.

Somente no ano 960, com a ascensão da dinastia Song, o território chinês foi novamente unificado. Durante o período Song, os chineses criaram o dinheiro de papel e aperfeiçoaram a impressão xilográfica: o artesão Bi Sheng inventou, entre 1041 e 1048, uma forma de impressão com tipos móveis de argila cozida, que permitiam a produção de livros com grande facilidade. A dinastia Song terminou em 1279, quando o território chinês foi conquistado pelos mongóis.

O Domínio Mongol

Os mongóis eram formados por diversas tribos de pastores nômades que viviam nas estepes asiáticas, em uma região delimitada ao norte pela Sibéria e ao sul pelo deserto de Gobi. Cada tribo reunia vários clãs, e o líder da tribo recebia o título de khan. Em 1206, diversas tribos se unificaram e aclamaram o líder guerreiro Temudjin como chefe de todos os mongóis, com o título de **Gêngis Khan**.

Com esse novo líder, iniciou-se a expansão territorial que levaria os mongóis a conquistar a China, formando um império que se estenderia do mar Cáspio, limite do atual Oriente Médio, até Pequim (Beijing), no Extremo Oriente.

A Índia Antiga

Por volta de 3000 a.C., os povos que habitavam o noroeste do subcontinente indiano começaram a erguer cidades ao longo do rio Indo (onde hoje se localiza o atual Paquistão). Eram núcleos urbanos bem estruturados, com avenidas largas; seus habitantes eram os dravidianos, cujas casas de tijolos de barro cozido contavam com eficientes sistemas de água e esgoto. Os dravidianos criaram a técnica de confeccionar roupas de algodão que comercializavam com outros povos. Além de parte dessa produção têxtil, eles vendiam também joias, pedras semipreciosas, utensílios domésticos, brinquedos, etc.

Os Arianos e o Hinduísmo

Por volta de 1800 a.C., os dravidianos começaram a abandonar as cidades em direção ao vale do rio Ganges e ao sul da Índia atual. As razões para esse deslocamento são desconhecidas. No entanto, alguns estudiosos apontam como causaa invasão do vale do Indo pelos arianos por volta de 2000 a.C.

Nômades, provenientes da Ásia Central, os arianos subjugaram os dravidianos e dominaram a região. Alguns desses grupos (também conhecidos como indo-europeus), depois de se instalarem no vale do rio Indo, avançaram em direção ao vale do Ganges.

Depois da invasão, os árias (como se autodenominavam essas tribos) passaram a viver como sedentários e incorporaram muitos elementos das línguas dravidianas a seu idioma, o sânscrito. As crenças religiosas também se misturaram, dando origem ao hinduísmo, conjunto de doutrinas e práticas religiosas que passou a reger quase todos os aspectos da vida cotidiana e da organização social dessa população.

Muitas dessas crenças persistem até hoje na Índia. Os fundamentos do hinduísmo estão registrados no Rig Veda, ou Livro do conhecimento, coletânea de 1028 hinos que acabaria por denominar todo o período em que a Índia antiga esteve sob o domínio dos árias: **época védica** (de 1500 a.C. a 500 a.C.).

Sociedade de Castas

Inicialmente, os árias organizavam-se em comunidades subordinadas a um chefe, o rajá, e a um sacerdote, o purohita. Os sacerdotes criaram complexos rituais religiosos que originaram uma corrente dentro do hinduísmo, o bramanismo, que lhes conferiu enorme poder junto à população e perante o próprio rajá. Eles criaram diversos preceitos que passaram a ser adotados por grande parte da sociedade hindu, como a ideia de reencarnações sucessivas e a instauração de um rígido sistema de castas.

As castas consideradas mais importantes eram formadas pelos árias. Os sacerdotes encontravam-se no topo da hierarquia social, na casta dos brâmanes. A seguir, vinham sucessivamente os **xátrias** (nobres, guerreiros e administradores), os **vaixás** (comerciantes) e os **sudras** (artesãos e trabalhadores manuais não arianos).

Os últimos no sistema de castas eram os párias, pessoas excluídas da sociedade, sem direito de estudar, ouvir os hinos védicos nem viver nas cidades. Entre os séculos VII a.C. e VI a.C., já no final da época védica, governantes, comerciantes e a população pobre passaram a questionar os privilégios dos sacerdotes. Como resultado desse movimento, surgiram duas correntes reformistas no hinduísmo: o **budismo** e o **jainismo**.

Tanto o budismo como o jainismo afirmavam que cabia ao ser humano realizar seu próprio destino, sem necessidade da adoração de deuses. Também condenavam o sistema de castas e as regalias dos brâmanes. Com sua doutrina, o budismo conquistou um grande número de seguidores, contribuindo para o enfraquecimento dos sacerdotes védicos. Foi também nessa época que a junção de tribos árias resultou na formação de pequenos reinos. Os dezesseis estados mais poderosos lutaram pelo controle da região. O reino de Magadha saiu vencedor e, por séculos, dominou o vale do Ganges e as rotas de comércio ao longo do rio.

O Japão dos Samurais

O Japão é um arquipélago formado por quatro ilhas principais e cerca de quatro mil ilhotas. A região foi ocupada, há cerca de 30 mil anos, por povos caçadores e coletores originários das atuais regiões da Sibéria, na Rússia, e Coreia. Nesse território formaram-se diversos reinos independentes até que, por volta de 660 a.C., eles foram unificados por um líder chamado Jimu, que recebeu o título de imperador.

O primeiro grande período de desenvolvimento se deu entre 300 a.C. e 300 d.C., na Era Yayoi, quando os japoneses, influenciados pelos chineses, aprenderam a cultivar e irrigar o arroz, a fabricar objetos de bronze e de ferro, a tecer e a utilizar a escrita ideográfica.

A proteção do imperador e de seus cortesãos era garantida pelos samurais, guerreiros que lideravam poderosos clãs provinciais. Os samurais tinham um rigoroso código de ética pautado pela coragem, honra e lealdade e contavam com diversos privilégios, entre os quais o de receber grandes extensões de terra como presente do imperador. Durante a dinastia Heian (794-1185), o poder imperial enfraqueceu-se gradativamente. Em 1185, o imperador concedeu a um dos chefes guerreiros, o samurai Minamoto Yoritomo, o título de **xogum**, que significa “grande general, supremo conquistador dos bárbaros”. A partir de então, o verdadeiro governante passou a ser o xogum, escolhido sempre entre os chefes guerreiros, tornando-se o imperador uma figura praticamente decorativa. O xogunato vigorou no Japão até 1867.

SOCIEDADE E TRABALHO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA. A FORMAÇÃO DAS CIDADES - ESTADO E SUAS CONTRADIÇÕES; AS LUTAS SOCIAIS NO MUNDO GRECO-ROMANO; GRÉCIA E ROMA: AS RAÍZES CULTURAIS DO MUNDO OCIDENTAL - A HELENIZAÇÃO

Grécia

Tempos de formação

O território ocupado pela Grécia antiga pode ser dividido em três partes: a continental, chamada pelos gregos de Hélade, correspondente ao sul da península Balcânica; a insular, formada pelas ilhas do mar Egeu; e a asiática, ou Jônia, localizada na costa ocidental da Ásia Menor (na atual Turquia)³.

Ao contrário do que temos hoje, a Grécia antiga não chegou a formar um Estado unificado. Seu território era de fato ocupado por várias cidades autônomas, cada qual com sua própria organização social, religiosa, política e econômica.

Por tais características, essas cidades, chamadas pólis pelos gregos, são denominadas cidades-Estado. As principais cidades-Estado gregas foram Esparta, Tebas e Corinto.

A pólis era constituída por um núcleo principal, algumas vilas e áreas agrícolas. No núcleo principal ficava a acrópole (centro religioso que também servia de fortaleza militar), a ágora (praça central) e o asti (espécie mercado).

A história da Grécia antiga se estende por quase dois milênios. Os historiadores costumam dividi-las em períodos distintos:

- **Pré-Homérico** (séculos XX-XII a.C.);
- **Homérico** (séculos XII-VIII a.C.);
- **Arcaico** (séculos VIII-VI a.C.);
- **Clássico** (séculos V-IV a.C.).

Período Pré-Homérico

A população da Grécia antiga formou-se a partir do encontro de quatro povos de origem indo-europeia (provenientes da Ásia central): aqueus, jônios, eólios e dórios.

Os primeiros a chegar à península Balcânica, no início do segundo milênio a.C., foram os aqueus. Depois, vieram os jônios e os eólios, que se espalharam por diferentes regiões da península, pelas ilhas do mar Egeu e pelo litoral da Ásia Menor, os aqueus instalaram-se no sul, numa região com terras férteis, chamada Peloponesso. Sua principal cidade era Micenas, que estabeleceu um intenso intercâmbio com os cretenses, povo que habitava a ilha de Creta, no mar Egeu, desde o terceiro milênio a.C.

A sociedade cretense, conhecida também como egéia ou micênica, concentrava grande poder e riqueza, adquiridos graças às atividades marítimas e comerciais. Seus navios percorriam todo o mar Mediterrâneo, mantendo contato com vários povos, entre eles os egípcios e os fenícios.

Do convívio com os cretenses, os aqueus puderam assimilar, entre outras coisas, a metalurgia do bronze, o uso da escrita e a arte de navegar.

Partindo de Micenas, por volta de 1400 a.C., os aqueus iniciaram um processo de expansão, conquistando Creta e dominando em pouco tempo toda a região do mar Egeu e do mar Negro. Um dos episódios mais conhecidos do período de expansão micênica foi a guerra com a cidade de Tróia, por volta de 1200 a.C.

O predomínio dos aqueus perdurou até 1100 a.C., quando ocorreu a invasão dos dórios, último povo de origem indo-europeia a alcançar a região.

³ Divalte Garcia Figueiredo. História. Editora Ática S. A. 3ª Edição.

HISTÓRIA DE ALAGOAS

1. A colonização em Alagoas. O ciclo do açúcar	01
2. A invasão Holandesa. Reflexos das revoltas no Brasil Colônia em Alagoas	01
3. Quilombo dos Palmares	02
4. Alagoas no Primeiro e Segundo Reinado	04
5. A História de Alagoas no período republicano	19

A COLONIZAÇÃO EM ALAGOAS. O CICLO DO AÇÚCAR

A história de Alagoas começa com a descoberta do Brasil quando o atual território do Estado era habitado pelos índios Caetés. Situado entre os dois maiores centros de produção de açúcar do Nordeste brasileiro ? Pernambuco e Bahia -, O Estado desenvolve e consolida uma economia baseada na produção de açúcar e na criação de gado na qual era utilizada, sobretudo, a mão-de-obra de escravos negros e mestiços.

No século XVI e XVII, piratas estrangeiros atacaram sua costa, atraídos pelo pau-brasil. No início do século XVI a região foi invadida pelos franceses. No entanto, em 1535, Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco, retoma o controle da região para os portugueses. Duarte incentiva, também, a cultura da cana-de-açúcar. No século XVII, os holandeses ocupariam a região e só se retirariam em 1645.

Para manter o controle do território, os colonizadores entram em choque com os nativos e dizem as tribos indígenas como a dos caetés. A partir do fim do século XVI, Alagoas e Pernambuco foram o centro da mais importante resistência negra à escravidão: o quilombo de Palmares destruído em 1694 por Domingos Jorge Velho, depois de quase um século de existência.

Durante a maior parte do período colonial, Alagoas fez parte da capitania de Pernambuco. Torna-se um distrito judiciário em 1711 e se separa em 1817 para se tornar uma capitania autônoma. Esta separação foi uma represaria do governo central à revolução pernambucana.

Com a Independência, em 1822, Alagoas é transformada em uma província. Em 1839, Maceió torna-se a nova capital, no lugar de Alagoas, hoje em dia Marechal Deodoro. Durante o Império, realizaram-se movimentos como a Confederação do Equador e a Cabanagem. Mesmo durante esse período, Alagoas guarda as características econômicas e sociais de seu passado: economia agrária, tendo como base a produção de cana-de-açúcar (Zona da Mata) e do algodão (agreste) com uma pequena industrialização. A sociedade continua dependendo do poder dos coronéis, grandes proprietários de terra e chefes de oligarquias locais. Os dois primeiros presidentes do Brasil republicano eram de Alagoas: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A província tornou-se um Estado durante a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. A partir dos anos 60, a economia de Alagoas é beneficiada pelos programas da SUDENE para a exploração do sal gemme, recebendo investimentos da Petrobrás para a exploração do petróleo. Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito do Brasil era governador de Alagoas antes de sua eleição. Localizada na região Nordeste, Alagoas possui um litoral rico em belezas naturais, planícies encharcadas e lagos que podem ser percorridos pela BR 101. A estrada segue toda costa desde a foz do rio São Francisco, que faz a fronteira do sul do estado com Sergipe até o Norte entrando em Pernambuco. Alagoas depende economicamente das grandes plantações de cana-de-açúcar e disso é o maior produtor do Nordeste com uma produção de 28 milhões de toneladas por ano em 2001. Em relação à cana, Alagoas só é ultrapassada pelo Estado de São Paulo. Noventa por cento das exportações do Estado provêm da cana da qual 73% em açúcar e 17% em álcool. Além da cana, cultiva-se o algodão, o tabaco, a mandioca, a farinha e a noz de coco. Sua renda per capita é um pouco abaixo da média do país. Durante os últimos dez anos, o turismo se desenvolveu no litoral. Os turistas visitam não só a capital Maceió, mas também Barra de São Miguel, Barra de santo Antônio, Paripueira, Marechal Deodoro e a cidade histórica de Penedo. Os principais atrativos de Alagoas são suas belas praias e sua cozinha rica e diversificada como os pratos do litoral à base de sururu, um tipo de mexilhão dos lagos da região.

A INVASÃO HOLANDESA. REFLEXOS DAS REVOLTAS NO BRASIL COLÔNIA EM ALAGOAS

Os holandeses foram presença marcante no Brasil do século XVII, quando empreenderam várias invasões ao território. Especialmente em Pernambuco, deixaram importante contribuição cultural.

As primeiras incursões holandesas: 1624-1625

A primeira tentativa de invasão do território colonial brasileiro pelos holandeses ocorreu em 1624, na cidade de Salvador, Bahia, sede do governo-geral do Estado do Brasil. A reação contra a presença holandesa foi intensa. Os luso-brasileiros encurralaram os invasores e impediram seu avanço para o interior, expulsando-os definitivamente em 1625. As investidas holandesas contra Salvador, porém, não cessaram; a cidade foi ameaçada por duas vezes em 1627, quando os holandeses saquearam diversos navios aportados.

Os holandeses em Pernambuco: 1630-1654

Invasões holandesas no Brasil Em 1630, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco, onde estavam os principais engenhos da colônia, e passaram a chamá-la de Nova Holanda. Matias de Albuquerque, que substituíra Diogo Furtado de Mendonça no governo-geral, não conseguiu reunir tropas suficientes para rechaçar a invasão.

Os historiadores têm dividido a invasão holandesa do território colonial em três períodos:



O primeiro período, entre 1630 e 1637, caracterizou-se pelo enfrentamento militar entre holandeses e portugueses. A partir de 1632, entretanto, os holandeses conseguiram se deslocar de Olinda e conquistaram também a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Itamaracá, sedimentando sua ocupação na região Nordeste.

O segundo período, entre 1637 e 1645, foi marcado pelo governo de João Maurício de Nassau, mandado pelo governo holandês para organizar a nova colônia. Apesar dos conflitos constantes, esse período é considerado por alguns estudiosos como a “idade de ouro” do domínio holandês em Pernambuco.

O terceiro período da ocupação holandesa, entre 1645 e 1654, correspondeu às guerras de restauração e à derrota definitiva das forças holandesas.

O governo de Maurício de Nassau: 1637-1644

Em 1637, chegou ao Recife o conde João Maurício de Nassau, com o título de governador e comandante-em-chefe. Vinha a convite do governo holandês e da Companhia das Índias Ocidentais – empresa recém-criada que havia recebido do governo holandês o monopólio sobre o comércio nas colônias europeias da América.

Nassau fez acordos com os senhores de engenho, fornecendo-lhes empréstimos e adiando o pagamento de dívidas em troca de apoio político. Muitos engenhos haviam sido destruídos durante os conflitos entre luso-brasileiros e holandeses, e os senhores precisavam de recursos para reconstruí-los e modernizá-los.

Diversas medidas econômicas, político-administrativas e culturais marcaram o governo de Maurício de Nassau. Protestante da nobreza, ele exerceu uma política de tolerância cultural e religiosa, permitindo a prática dos cultos religiosos indígenas e africanos. A primeira sinagoga do Brasil data da administração holandesa no Recife. As condições de vida na cidade também melhoraram nesse período, com investimentos em saneamento básico, na abertura de ruas e construção de casas, pontes e canais e na organização das vilas.

Entre os marcos da presença holandesa no Brasil, destacam-se os aspectos científico e cultural. O grupo que Nassau trouxe da Holanda, conhecido como “missão holandesa”, incluía pintores, desenhistas, astrônomos, médicos, arquitetos, escultores e outros cientistas e artistas. Foram os primeiros a explorar e registrar sistematicamente o cenário natural e humano do Brasil colonial. Na pintura e no desenho, destacaram-se Frans Post (1612-1680), Albert Eckhout (1610-1665), Zacharias Wagener (1614-1668) e Caspar Schmalkalden (1617-1668). O livro *Theatrum rerum naturalium brasiliae*, reúne centenas de desenhos desses artistas.

A expulsão dos holandeses: 1645-1654

Os acordos de Maurício de Nassau com os senhores de engenho trouxeram prejuízos à Companhia das Índias Ocidentais, interessada apenas em obter lucros. Essa situação, agravada por outros incidentes, provocou a demissão de Nassau, que partiu do Recife em 1644. A própria Companhia assumiu a administração da colônia holandesa.

A reação contra a presença holandesa fortaleceu-se quando, ainda em 1644, os holandeses foram expulsos do Maranhão, após uma ocupação de 27 meses. No ano seguinte eclodiu a Insurreição Pernambucana, que contou, em sua etapa final, com a aliança entre os moradores de Pernambuco e os portugueses. Depois de diversas batalhas, os holandeses foram derrotados em 1654.

Em 1661, na cidade holandesa de Haia, Portugal e Holanda assinaram um acordo que estabelecia uma indenização devida aos holandeses pelos investimentos feitos no Brasil.

Consequências da disputa com os holandeses

As lutas contra a Holanda tinham como causa a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal ficou sob domínio espanhol. Com a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1621, os holandeses procuraram estabelecer as principais bases para seu enriquecimento: a exploração de escravos e de engenhos de açúcar.

Encerrada a ocupação holandesa no Brasil, restava à colônia a herança dos compromissos estabelecidos pela metrópole portuguesa com a Coroa inglesa, outra forma de dominação colonial. Isso porque, tanto na luta contra os holandeses quanto nas disputas contra os espanhóis pelo trono, os portugueses contaram com o apoio dos ingleses. Em consequência, Portugal e Brasil tornaram-se dependentes do capital inglês.

Outra grave consequência da expulsão dos holandeses foi a concorrência promovida por eles na produção de açúcar. Utilizando os conhecimentos acumulados no Brasil, passaram a produzir açúcar em suas possessões nas Antilhas com custos mais baixos e melhor qualidade, provocando a decadência da produção açucareira no Nordeste do Brasil.

Alguns historiadores afirmam que a expulsão holandesa também contribuiu para o surgimento do nativismo pernambucano, já que a província seria o palco de boa parte das revoltas posteriores contra a metrópole portuguesa.

Fonte: <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/invasoes-holandesas>

E se eles tivessem ficado no Brasil?

No lugar de parte do Nordeste haveria outro país: a Nova Holanda

Se a invasão tivesse dado certo, hoje o Brasil faria fronteira com a Nova Holanda. Recife seria conhecida como Mauritsstad, Natal como Nieuw-Amsterdam e João Pessoa como Frederikstad. Teriam uma típica arquitetura holandesa, com bom uso de canais e transporte por água. As universidades e os centros de pesquisa teriam se desenvolvido antes que as do resto do Brasil. Mas nada indica que esse país hipotético seria mais rico que o Nordeste atual. Basta ver o caso do Suriname e da Indonésia, colonizados pela Holanda e pouco desenvolvidos.

Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-a-ocupacao-holandesa-no-brasil/>

QUILOMBO DOS PALMARES

O Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo que existiu na América Latina. Foi construído na região do atual estado de Alagoas e chegou a reunir cerca de 20 mil habitantes. Foi um dos grandes símbolos da resistência dos escravos no Brasil e foi alvo de expedições organizadas por portugueses e holandeses. Foi destruído em 1694 e seu líder, Zumbi, foi morto no ano seguinte em uma emboscada

O Quilombo dos Palmares surgiu no final do século XVI, no território da capitania de Pernambuco, mais precisamente em uma região em que hoje está localizado o estado de Alagoas. O quilombo foi formado por escravos que tinham fugido de engenhos da região de Pernambuco e que escolheram a região da Serra da Barriga, na zona da mata de Alagoas.

O primeiro registro conhecido que faz menção ao Quilombo dos Palmares remonta a 1597, embora existam algumas teorias que sustentam que o quilombo já existia antes disso. Com o tempo, Palmares cresceu, tornou-se famoso, servindo de inspiração para outros escravos resistirem e fugirem. Teve cerca de 20 mil habitantes.

Foi chamado de Quilombo dos Palmares, porque foi construído em uma região que possuía um grande número de palmeiras e essas árvores possuíam inúmeras utilidades, pois forneciam alimento aos quilombolas e suas folhas eram usadas para fazer o telhado dos casebres que eram construídos.

Como era a vida no Quilombo dos Palmares?

Primeiramente, a vida no quilombo girava em torno da questão da segurança, uma vez que portugueses representavam uma grande ameaça e frequentemente tentavam destruir Palmares. Assim, o quilombo foi construído em uma região que lhe garantisse uma segurança extra. A região que o Quilombo ficava era uma região de serra, bastante despovoada e com matas densas.

Palmares era o resultado de uma junção de mocambos, pequenos assentamentos de escravos fugidos, que foram construídos na divisa de Alagoas e Pernambuco (mas na época, tudo fazia parte da mesma capitania). No caso de Palmares, os mocambos formavam uma confederação quilombola que se estendia por um território razoavelmente vasto.

Alguns dos mocambos que formavam Palmares eram os seguintes:

- Aqualtune;
- Andalaquituche;
- Subupira;
- Cerca Real do Macaco (ou apenas mocambo do Macaco).

Esses eram alguns dos vários mocambos que formavam Palmares e de todos eles o mais importante era o mocambo Cerca Real do Macaco. Esse mocambo era o centro político de Palmares, local em que o rei do quilombo residia e que, por ser a capital, era o mais populoso e era formado por cerca de 6 mil habitantes.

A capital de Palmares possuía uma segurança rigorosa e era cercado por três grandes paliçadas (muralhas de madeira) que possuía torres de vigilância que estavam sempre atentas para garantir a segurança do quilombo. Além disso, nos arredores da muralha, existiam dezenas de armadilhas, sobretudo, fossos com estacas escondidos por palha.

O caminho que levava à entrada desse mocambo só era de conhecimento dos moradores de Palmares. A junção dos mocambos que formava Palmares era nomeada pelos quilombolas de Angola Janga (significa “pequena Angola”) o que demonstra a disposição dos quilombolas em formar um pequeno Estado africano no interior do continente americano.

O quilombo possuía estrutura de poder, de administração e de trabalho próprios. Para garantir sua sobrevivência, mantinham contato frequente com pequenos colonos e pequenas aldeias da região, com o objetivo de realizar a troca de mercadorias. Por ser um símbolo de resistência para os escravos, Palmares incentivou, direta e indiretamente, a fuga e a rebelião de escravos na região e, por isso, era encarado como uma grande ameaça pelos colonizadores.

Alimentação do Quilombo dos Palmares

A sobrevivência do quilombo decorria da agricultura, e os principais itens produzidos em Palmares eram mandioca (usada para produzir farinha), feijão, batata, milho e melaço (produzido do cultivo da cana-de-açúcar). A coleta também era importante para os quilombolas que consumiam palmito e outras frutas extraídas de árvores da região.

Dois líderes do Quilombo dos Palmares

Os registros que os historiadores possuem fazem menção a dois grandes líderes do quilombo. Os únicos líderes de Palmares que conhecemos foram Ganga Zumba e Zumbi. O primeiro morreu em condições misteriosas (supostamente por envenenamento) e acredita-se que foi líder de Palmares de 1645 a 1678. Zumbi foi eleito chefe do quilombo e permaneceu como tal de 1678 a 1695 – quando foi morto pelos portugueses.

Destruição de Palmares

A história de Palmares ficou marcada pela resistência e luta contra os colonizadores. No período da invasão holandesa no Nordeste (1630-1654), o quilombo registrou um crescimento expressivo, resultado da desorganização dos europeus na região que reduzia a busca por escravos fugidos e reduzia os níveis de vigilância, facilitando fugas.

De toda forma, ao longo de todo o século XVII, os habitantes de Palmares tinham de lutar para sobreviver. Inúmeras expedições de colonizadores foram realizadas visando à destruição do quilombo, sendo a primeira delas registrada em 1602. Os holandeses também organizaram expedições para acabar com Palmares, mas fracassaram.

Os portugueses, por sua vez, foram os grandes adversários dos quilombolas em Palmares. As expedições dos portugueses contra Palmares concentraram-se depois que os portugueses conseguiram expulsar os holandeses de Pernambuco. Da década de 1650 em diante, os portugueses realizaram dezenas de expedições contra Palmares.

No ano de 1678, Ganga Zumba, até então rei de Palmares, recebeu uma oferta de paz enviada pelo governador da capitania de Pernambuco, d. Pedro de Almeida. Depois Ganga Zumba foi a Recife negociar os termos da oferta de paz com o próprio governador da capitania e os termos estipulados foram os seguintes:

- Os nascidos em Palmares seriam considerados livres;
- Todos aqueles que aceitassem o acordo seriam retirados da serra e receberiam terras para viver;
- Não poderiam abrigar novos escravos fugidos;
- Os que garantissem sua liberdade seriam considerados vasallos da Coroa.

A proposta de paz foi aceita por Ganga Zumba, mas causou divisão no quilombo, porque não contemplava os escravos fugidos – esses deveriam ser entregues às autoridades coloniais e encaminhados para seus antigos donos. Essa divisão resultou na morte de Ganga Zumba e o novo líder que assumiu – Zumbi – rechaçou a possibilidade de acordo e optou pela luta.

Houve uma nova fase de lutas, até que entre 1692 e 1694, o bandeirante Domingos Jorge Velho liderou uma expedição após ter seus termos (que não eram poucos) aceitos pelas autoridades de Pernambuco. A tropa de Domingos Jorge Velho era composta por milhares de homens e possuía até mesmo canhões (levados para lá somente em 1694).

Considera-se o fim de Palmares o ano de 1694, mas a resistência quilombola na região seguiu pelos anos seguintes. O próprio Zumbi resistiu até 1695, quando foi emboscado e morto pelos portugueses. As tropas de portugueses permaneceram na região até meados do século XVIII para impedir que o quilombo ressurgisse.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>

Quilombo dos Palmares é reconhecido patrimônio cultural do Mercosul

Em 20 de novembro é comemorado no Brasil o Dia da Consciência Negra. A data foi escolhida para lembrar a morte de Zumbi dos Palmares, uma das principais lideranças negras da história do país. O nome faz referência ao Quilombo dos Palmares, maior espaço de resistência de escravos durante mais de um século no período colonial (1597-1704).

A região que acolhia o núcleo do quilombo, Serra da Barriga, em Alagoas, ganhou reconhecimento internacional. Neste sábado (11), será oficializada a certificação da área como patrimônio cultural do Mercosul. O título só foi conferido até agora a dois bens no país: a Ponte Internacional Barão de Mauá, ligação entre as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai; e a região das Missões, que abrange cinco países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia).

A Serra da Barriga foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985. Em 2007, foi aberto o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, próximo à cidade de União dos Palmares, a cerca de 80 quilômetros da capital do estado, Maceió. O projeto envolveu a construção de instalações em referência a Palmares, como a casa de farinha (Onjó de farinha), casa do campo santo (Onjó Cruzambê) e terreiro de ervas (Oxile das ervas). O espaço ainda é o único parque temático voltado à cultura negra no Brasil e recebe anualmente cerca de 8 mil visitantes.

Visibilidade

Para Marcelo Britto, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o título de patrimônio cultural do Mercosul significa um reconhecimento internacional importante e também pode estimular a visibilidade da área por brasileiros que ainda a desconhecem.

“Um aspecto importante é a dinamização econômica, uma vez que o bem cultural ganha uma visibilidade para uma projeção de caráter nacional e internacional. Isso favorece iniciativas que tendem a promover o turismo cultural, a geração de empregos que podem ocorrer relacionadas a isso”, afirma.

Melhorias no espaço

Na opinião do presidente do Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Alagoas, Elcias Pereira, o título de patrimônio cultural será uma oportunidade importante de qualificar o espaço no momento em que o parque memorial completa 10 anos. “Recebendo esse título pode haver a melhoria dos equipamentos. Nestes últimos 10 anos, os investimentos não foram feitos como deviam. O acesso precisa ser arrumado, pois durante boa parte do ano há problema para chegar em razão das chuvas”, aponta Pereira.

Segundo Carolina Nascimento, diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, responsável pelo parque nacional, ajustes e melhorias no espaço serão feitas a partir de um conjunto de iniciativas que já começaram a ser debatidas em uma oficina realizada neste ano em Maceió.

Entre as ações previstas estão a instituir um comitê gestor da Serra da Barriga, analisar a capacidade de recebimento de pessoas, reassentar algumas famílias ainda resistentes na área, implantar unidades de conservação ambiental, elaborar um plano de conservação e criar um centro internacional de referência da cultura negra.

“Neste momento em que casos de racismo estão se acirrando, o reconhecimento deste bem cultural é uma forma de combater a discriminação racial e valorizarmos a cultura afro-brasileira”, diz a diretora da fundação.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-11/regiao-do-quilombo-dos-palmares-se-tornara-patrimonio-cultural-do-mercosul>

ALAGOAS NO PRIMEIRO E SEGUNDO REINADO

Em 6 de fevereiro de 1711, José Soares da Cunha recebia uma boa notícia de D. João V: havia sido nomeado para o cargo de Ouvidor da Comarca das Alagoas por um período de três anos. Nascido em Coimbra, o primeiro ouvidor daquela localidade havia passado antes pelo ofício de ouvidor de Montemor, o Velho e conjuntamente com a gestão jurídica do território alagoano fora agraciado com a atribuição de Provedor das Fazendas, Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos das Alagoas, bem como a promessa de um lugar de Desembargador no Tribunal da Relação na Bahia assim findo seu mandato na Comarca de Alagoas.² A promessa de uma ascensão na carreira da magistratura, destacadamente sem concurso, servia como forma de seduzir o bacharel para empreitada que o esperava, principalmente porque olhando as indicações posteriores ao mesmo cargo para o território alagoano, nem todos foram agraciados com a mesma promessa.

A concessão da magistratura aliada a uma ascensão na carreira, naquele momento, podia ser associada a uma intenção régia em garantir a ocupação do cargo o mais rápido possível, entendendo a importância estratégica política, jurídica e administrativa da cria-

ção de uma Comarca na “parte sul” da Capitania de Pernambuco. Mas a questão que se pode propor sobre esta experiência é: porque se demorou tanto tempo para uma delimitação jurídica nas partes distantes da sede da Capitania? E, porque se privilegiou esse momento para que fosse feito? A resposta a estas proposições está intimamente ligada aos turbulentos acontecimentos ocorridos na Capitania de Pernambuco entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, dentre eles: a Restauração Pernambucana frente ao domínio holandês; a Batalha contra os negros Palmariños; e a Guerra dos Mascates. Assim, as linhas seguintes têm por objetivo discutir e entender de que maneira tais episódios contribuiu, de fato, para a criação da Comarca de Alagoas, bem como buscar as matrizes internas e metropolitanas que se somaram a estes ingredientes para delimitação jurídica da “parte sul” da Capitania de Pernambuco.

Batavos, Pernambucanos e Traidores

É indiscutível o papel da presença holandesa na história dos portugueses na América, bem como a quantidade de alterações no cotidiano político, econômico e cultural que promoveram enquanto gestores da Capitania de Pernambuco. A farta e diversificada historiografia sobre o assunto nos permite verificar o trauma e os problemas gerados pelo domínio batavo no território luso-americano.³ Evidentemente, que o impacto econômico com a consequente perda do domínio do comércio pernambucano de açúcar tenha gerado transtornos nas balanças mercantis lusitanas muito maiores do que as intervenções culturais e novos elementos religiosos introduzidos pelos flamengos. Também pudera, o complexo montado pelos holandeses iam deste das praças pernambucanas até o outro lado do Atlântico, quando se concretizou o domínio de São Paulo de Luanda, em Angola.⁴

No que se refere à parte sul da Capitania de Pernambuco, a primeira referência que a conquista flamenga proporcionou remete-se aos próprios episódios das guerras de conquista, quando salta aos olhos a figura de Domingos Fernandes Calabar. Mameluco, capitão e responsável pela defesa do território alagoano, é apontado por cronistas, historiadores e estudiosos ora como traidor, por ter se aliado aos holandeses no momento da entrega do Forte de Nazaré, quando Mathias de Albuquerque foi isolado e forçado entregar suas tropas aos batavos; ora como herói, por ter desertado no momento ápice do conflito, quando Olinda e Recife ainda eram as últimas praças controladas pelos holandeses. Para Ronaldo Vainfas, Calabar não foi o primeiro a fazer a passagem, mas foi o mais importante nessa altura dos acontecimentos. Exímio conhecedor da língua geral (o que força a hipótese de origem mameluca), aprendeu logo o holandês e prestou serviços inestimáveis à WIC.⁵

Por conta de tal deslize (apropriando-me aqui, mais uma vez, da interpretação de Vainfas) toda a Capitania pernambucana se sujeitou ao controle holandês e as conquistas da parte sul, aonde atuava o capitão Calabar, recebia a selo de traidores por gerações e gerações, mesmo tendo sido aquelas praças as primeiras localidades recuperadas do controle flamengo nas guerras de restauração. Talvez não seja de se estranhar, o completo abandono das localidades com a presença holandesa na região, reflexo até mesmo de uma carência documental que nos aponte à realidade local ao longo deste período.

O relato de viagem de Adriaen Van Bullestrate, em 13 de dezembro de 1641, enquanto se deslocava de um canto a outro da Capitania de Pernambuco para diagnosticar as condições do território flamengo, nos dão conta, de maneira relativa, da conjuntura do “território alagoano” durante as primeiras décadas de controle batavo.⁶ Apontava Porto Calvo com pontes destruídas; com o Forte de Bom Sucesso necessitando de reparos que seriam dificul-

tos de serem realizados por conta das chuvas; que a igreja tinha problemas do telhado, mesmo abrigando algumas pessoas, que seriam reconstruídas a partir das madeiras recolhidas da mata; que a câmara dos escabinos na localidade, não se reunia por discordâncias pessoais; que existia falta de farinha por guarnição. Chegando a Penedo (Rio de São Francisco) destacava soldados doentes, a existência de alguns currais, que havia uma boa quantidade de arsenal de guerra dos armazéns e a preocupação de oficiais no que se referia a roupa para inverno. Sobre Alagoas do sul, apontava que estava arruinada e destruída, com falta de habitantes, pontes caídas, sem um governante que a administrasse, sem plantações de mandioca gerando a falta de farinha, bem como os engenhos estavam em situação calamitosa, assim como em Porto Calvo.

Ausência populacional nas localidades era reflexo da fuga ocorrida com a invasão, as dificuldades econômicas fruto do abandono dos habitantes. Aqueles que ficaram constituíram-se, evidentemente, um grupo forte e coeso que lutaria por seus direitos de mantenedores da economia colonial quando o “invasor” holandês fosse posto “a toque de caixa” do terreno pernambucano. Por outro lado, esse mesmo grupo que tentava reerguer a economia açucareira se viu endividada ao longo dos anos, seja a partir das concessões feitas por Nassau, seja pelas guerras de restauração que incendiaram o território a partir da década de 40.

O fato é que após a Reconquista muitos destes homens, sobretudo da sede da Capitania, passavam a escrever a coroa portuguesa reivindicando direitos de cargos, ofícios e títulos em troca da luta contra os batavos e sujeição ao monarca português. O discurso de “a custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, descortinado por Evaldo Cabral de Mello, utilizada pela açucarocracia pernambucana percorreu todo o resto do século XVII e XIX, fortalecendo um grupo distinto local e atribuindo as gerações vindouras o estatuto de nobreza da terra.⁷ Há de se ressaltar, que antes do completo domínio flamengo em Pernambuco, a capitania tinha o estatuto de privada ou hereditária, entregue a família Albuquerque no início do processo de construção do mundo colonial português. Desta feita, aquela seria a primeira oportunidade de subordinação direta, ampla e total da Capitania de Pernambuco ao rei lusitano

Em termos documentais, os fartos discursos e estratégias utilizadas pela nobreza pernambucana para ascensão social encontrados por Evaldo Cabral de Mello não podem ser transportados para o mesmo grupo político-econômico da parte sul da Capitania. Apesar do fortalecimento de uma nobreza açucareira “alagoana”, principalmente pelos episódios que envolviam a “querela dos engenhos”, no qual os antigos proprietários que fugiram para Bahia e Sergipe buscarem a retomada de suas propriedades após a expulsão holandesa e a posterior adesão do monarca aqueles que mantiveram os fogos acessos dos engenhos, esse grupo se viu aliado do processo de aquisição de títulos. Se a princípio essa situação pode nos levar a aviltar a hipótese de ausência documental para justificar a afinidade de interesses, por outro lado, a utilização da concreta inexistência de muitos destes pedidos nos possibilita pensar da constituição, mesmo em caráter experimental, de uma “outra nobreza”, diferente de Olinda e Recife, e talvez, com outras preocupações em seus espaços: controlar os negros fugitivos dos engenhos.

Senhores de Engenhos, Palmarinos e Rebeldes

Os acontecimentos em torno dos negros que habitaram Palmares, da mesma forma que a invasão holandesa, rendeu muitas tintas aos estudiosos. A historiografia ainda não chegou a um consenso sobre a experiência Palmarina, que oscila entre a transformação do quilombo em lutas pelas liberdades negras na América Portuguesa até a concepção de reconstruções de vivências africanas de liberdades isoladas, sem buscas conectadas com um alcance do fim da escravidão como um todo.⁸ Tais imagens contribuíram

para a mitificação da figura de Ganga Zumba, mas, sobretudo de Zumbi dos Palmares, transformado em herói e mártir para lutas das questões sociais, raciais e culturais afro-descendentes

De todo modo, o complexo de Palmares será aqui entendido como um conjunto de iniciativas e indivíduos que se espalharam ao longo do século XVII em um vasto território da Capitania de Pernambuco. Abrigando grupos sociais diferenciados (escravizados, alforriados, mulatos, brancos e indígenas), as sociedades mucambeiras abrigavam dentro si os “marginalizados” da cultura açucareira ou aqueles que não queriam ou não conseguiram se incluir no complexo Atlântico português. No caso dos africanos e negros nascidos na América, tais espaços configuravam-se como possibilidade de (re)criação de modos vivendi no continente africano em solo brasílico.

Interessante notar que a constituição dos quilombos de Palmares se deu quase concomitantemente a formação e consolidação das principais vilas da parte sul da Capitania de Pernambuco. Isso implica em dizer que a construção das estruturas econômicas sul pernambucanas já contavam com os transtornos e as conturbações causadas por fugas de negros cotidianamente no território. Ao mesmo tempo, nos permite pensar que a presença holandesa em Pernambuco também conviveu com a construção de quilombos, que mais do que ameaçar a ordem colonial, desfalcavam as roças de mãos de obra para o cultivo e alimentava as esperanças de outros escravizados na empreitada rumo à liberdade.

Dentre as vilas, Porto Calvo e Santa Maria Magdalena sofreram mais com a presença palmarina, não só pela proximidade territorial como também por abrigarem uma maior quantidade de escravos no complexo açucareiro. Neste sentido, os territórios “alagoanos” além de sofrerem os impactos e problemas antes, durante e depois da expulsão flamenga tinha que lidar com as perturbações de ordem econômico-social trazidas pelo grupo de amotinado de Palmares. Espalhados pela zona limite entre o que hoje conhecemos como Alagoas e Pernambuco, especificamente a zona da mata, tais rebeldes montaram um complexo de quilombos, diferentes em características, em chefes e em ações na sociedade pernambucana. Segundo Dirceu Lindoso, é este mesmo grupo, depois da contenção portuguesa, que novamente trará instabilidade a Província das Alagoas, já no século XIX, como os episódios da Cabanada.

O projeto de extermínio de Palmares foi uma empreitada a longo prazo que envolveu os agentes régios em Pernambuco, os proprietários de terras do território alagoano e pernambucano, bem como, nos últimos momentos, os bandeirantes paulistas, considerados pela coroa portuguesa como os únicos capazes de remediar a insurreição de rebeldes daquele quilate. Conquistadores de terras, apaziguadores de índios rebeldes e famosos pelo trato selvagem nestas circunstâncias, os paulistas tiveram em retribuição pelo Real Serviço, títulos e terras na Capitania de Pernambuco. Evidentemente muitos deles não ficaram o território conquistado e avançaram no sertão nordestino em busca de novas conquistas, apaziguamentos e expansões territoriais.

Por outro lado, a documentação administrativa portuguesa para a própria concessão de benesses em nome da coroa portuguesa destaca a existência de grupos “alagoanos” que também lutaram contra os palmarinos, e em seguida, recorreram ao monarca lusitano para ampliação de seu status social na teia do Antigo Regime nos Trópicos. Segundo Dimas Marques, das 79 solicitações de benefícios dos súditos “alagoanos” entre 1701 e 1800, oito deles eram pedidos de mercês tendo como justificativa a participação da derrubada de Zumbi e seus congêneres.¹⁰ Para ficarmos só em alguns exemplos, destaca-se Feliciano Berenger de Andrade, em 1723, que pleiteava o cargo de comissário geral da cavalaria; José Camelo Bezerra de Andrade, em 1755, que exigia os ofícios de juiz e escrivão dos órfãos, tabelião do judicial e escrivão da câmara; os

1. A Geografia como conhecimento científico. O objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. As diversas áreas da Geografia. Aplicações da Geografia	01
2. O planeta Terra. Os principais movimentos da Terra e suas conseqüências geográficas. As representações cartográficas. A estrutura interna da Terra e suas principais características. As placas litosféricas. As interações natureza-sociedade. A questão ambiental. A atmosfera terrestre. As camadas da atmosfera. A dinâmica da atmosfera. Os elementos e fatores responsáveis pela diversificação climática. Os tipos de climas e suas influências sobre a cobertura vegetal. Problemas ambientais atmosféricos. O relevo terrestre: fatores endógenos e exógenos. Os diversos tipos de relevo. As rochas e os solos. Problemas ambientais geomofologicos	07
3. Os recursos hídricos e sua utilização pelo homem. Oceanos, mares, lagos e rios: principais características. Transposição do Rio São Francisco	34
4. A população mundial: conceitos fundamentais, dinâmica e distribuição espacial. População e meio ambiente. Migrações, xenofobia	49
5. As desigualdades de desenvolvimento econômicosocial no mundo. O modo de produção capitalista. As experiências socialistas no mundo. As transformações do Leste europeu. As áreas de economia subdesenvolvida. As áreas de economia desenvolvida. Os blocos econômicos e a formação dos grandes mercados. A globalização e seus efeitos sobre o espaço geográfico. Conflitos do Oriente Médio	58
6. O espaço brasileiro. Os principais aspectos do quadro natural. . A evolução do povoamento e a imigração estrangeira no país. A dinâmica populacional. Características do processo de urbanização. O espaço agrário: condicionantes naturais e socioeconômicos que influenciaram a agropecuária nacional. Os problemas agrários brasileiros, territórios, quilombos e indígenas. As atividades industriais. As fontes de energia. O comércio e os serviços. Os transportes e as comunicações	70
7. A organização regional no Brasil. As principais características naturais e socioeconômicas das grandes regiões brasileiras. A organização dos poderes no Brasil. A ordem econômica e financeira do Brasil	94

A GEOGRAFIA COMO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. O OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO. AS DIVERSAS ÁREAS DA GEOGRAFIA. APLICAÇÕES DA GEOGRAFIA

O estudo do pensamento e da produção geográfica brasileira revela a necessidade de explicitar duas questões básicas. A primeira é o fato de a Geografia ter métodos que lhe são próprios. A segunda é definir o momento em que a Geografia passou a integrar o corpo disciplinar na academia, constituindo um ramo específico de pesquisa e do conhecimento científico.

A Geografia pode ser encontrada já num primeiro momento nos discursos do Estado, do Exército e mesmo como parte dos currículos escolares. A fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e a inclusão da Geografia como disciplina, foi parte importante de sua trajetória. O professor Delgado de Carvalho teve grande importância para garantir à Geografia um espaço no campo do saber escolar.

Num segundo momento, a Geografia marcou o ensino pela criação do curso superior paralelamente à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia em 1934. Nessa ocasião, professores oriundos da França, como Pierre Monbeig, Defontaines, com forte influência da escola de Vidal de La Blache, corroboraram esta tradição no Brasil.

Essa Geografia era marcada pelo positivismo que sustentava metodologicamente quase todas as chamadas ciências humanas que se consolidaram nessa época nas faculdades brasileiras. Com fortes tendências de estudos regionais, os estudos geográficos pautavam-se pela busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, fundamentos da escola francesa de então. Foi essa escola que imprimiu ao pensamento geográfico o mito da ciência asséptica, não-politizada, com o argumento da neutralidade do discurso científico. Tinha como meta abordar as relações do homem com a natureza de forma objetiva, elaborar monografias regionais para uma possível busca de leis gerais que explicassem suas diferenças. É importante lembrar que para La Blache a Geografia não era ciência dos homens, mas dos lugares.

O lugar e a região eram sempre vistos como dimensões objetivas resultantes das interações entre o homem e a natureza. Atualmente, a categoria de lugar, assim como a de paisagem estão sendo recuperadas pela nova Geografia, em uma nova dimensão. O lugar deixou de ser simplesmente o espaço em que ocorrem interações entre o homem e a natureza para incorporar as representações simbólicas que constroem juntamente com a materialidade dos lugares, e com as quais também interagem.

Para Horácio Capel, grande historiador da Geografia, a ênfase desloca-se do conceito abstrato de espaço para o conceito de lugar, âmbito da existência real e da experiência vivida.

Para La Blache os conceitos de lugar, paisagem e região, como territorialidade, se sobrepunham. A ligação dos homens com os lugares ao longo da História produzia um instrumental técnico e cultural que acabava dando a esses lugares a sua identidade, criando padrões de comportamento herdados e transmitidos a outras gerações.

Essa identidade marcada pela interação entre os homens e a natureza passou a ser designada como gênero de vida. Mais do que adquirirem padrões de comportamento no convívio entre os homens e estes com a natureza, assumiam, também, a identificação com a paisagem que emergia historicamente. Essa paisagem ao mesmo tempo definia a própria região. Para La Blache, a região tem a dimensão de uma realidade territorial concreta, física, repre-

sentando um quadro de referência para a população que a habita. Nesse sentido, os conceitos de região e paisagem eram a chave para se compreender a diversidade do mundo.

Por muito tempo o conceito de região em sua dimensão territorial marcou os estudos da Geografia. Pode-se dizer que fazer Geografia era explicar a diversidade regional do mundo como território, com a pretensão de encontrar alguns princípios gerais que explicassem sua diversidade regional.

Após um período de abandono verificado no uso do conceito de lugar, existe novamente uma preocupação em recuperá-lo no interior de uma nova Geografia que trabalha esse conceito enriquecido pelas posições teóricas humanistas. No atual momento em que se discute a globalização, dialeticamente ressurgiu o interesse de desvendar a possibilidade das resistências que nascem no interior de certos espaços, evidenciando que as regiões, como conjunto de lugares que interagem solidariamente na busca de uma autonomia e identidade, não desapareceram. Segundo Paulo Cesar da Costa Gomes: De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte dessa nova definição ao invés de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, nesse caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político de controle e gestão de um território.

A tendência Lablachiana da Geografia e as correntes que dela se desdobraram mais tarde, a partir dos anos 60, passaram a ser chamadas de Geografia Tradicional. Apesar de valorizar o papel do homem como sujeito histórico, propunha-se, na análise da organização do espaço como lugar e território, estudar as relações entre o homem e a natureza muito mais como processos de adaptações, lembrando a ideia de uma física social. Estudavam-se as populações e os homens como coisas objetivas, nas quais a sociedade e o espaço emergiam das ações humanas desprovidas de quaisquer intencionalidades ou ideologias. Foi uma Geografia que trouxe grandes contribuições, com estudos empíricos sobre a organização desse espaço. Nesses estudos as ações humanas eram marcadas por um forte viés naturalizante.

No ensino, essa Geografia se traduziu (e muitas vezes ainda se traduz) pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos homens pelo espaço. Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens como dimensão observável do território e do lugar. Os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses. Explicá-las sim, porém evitando qualquer forma de compreensão ou subjetividade que confundisse o observador com o objeto de análise. Pretendia-se ensinar uma Geografia neutra. Essa perspectiva marcou também a produção dos livros didáticos até meados da década de 70 e muitos ainda apresentam em seu corpo ideias, interpretações ou até mesmo expectativas de aprendizagem defendidas pela Geografia Tradicional.

No pós-guerra, a realidade tornou-se mais complexa. O desenvolvimento do capitalismo afastou-se cada vez mais da fase concorrencial e penetrou na fase monopolista do grande capital. A urbanização acentuou-se e megalópoles começaram a se constituir. O espaço agrário sofreu as modificações estruturais comandadas pela Revolução Verde, em função da industrialização e da mecanização das atividades agrícolas em várias partes do mundo; as realidades locais passaram a se articular em uma rede de escala mundial. Cada lugar ou região deixou de explicar-se por si mesmo.

Esse período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por grandes confrontos políticos e doutrinários: Socialismo x Capitalismo. As contradições da distribuição social da riqueza e as diferenças entre países ricos e pobres geraram grandes confrontos. A visão ingênua de um mundo onde os fatos aconteciam naturalmente, desprovidos de ideologias e de intencionalidades, passou a ser questionada.

Tomou-se consciência de que as diferenças tinham raízes históricas. De que elas não resultavam de forças espontâneas que comandavam as relações entre as diferentes classes sociais no interior das sociedades. De que as desigualdades no desenvolvimento entre os lugares e territórios originavam-se no interior das classes sociais e nas formas de alianças que estabeleciam entre si no interior dessas sociedades. Classes marcadas por ideologias que se estruturavam para sustentar desigualdades: a esse momento histórico passou-se chamar de o grande despertar.

Os métodos e as teorias da Geografia Tradicional tornaram-se insuficientes para apreender a complexidade do espaço. A simples descrição tornou-se insuficiente como método. Era preciso realizar estudos voltados para a análise das ideologias políticas, econômicas e sociais. A partir dos anos 60, sob influência das teorias marxistas, surge uma tendência crítica à Geografia Tradicional, cujo centro de preocupações passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção e apropriação dos lugares e territórios.

Ou seja, os geógrafos procuraram estudar a sociedade mediante as relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para produzir e distribuir os bens necessários às condições materiais que a garantem. Criticou-se a Geografia Tradicional, que naturalizava a ação do Estado e das classes sociais dominantes, propondo uma Geografia das denúncias e lutas sociais. Em um processo quase militante de importantes geógrafos brasileiros, difunde-se a Geografia Marxista.

Essa nova perspectiva considerava que não bastava explicar o mundo, era preciso transformá-lo. Assim, a Geografia ganhou conteúdos políticos que passaram a ser significativos na formação do cidadão. As transformações teóricas e metodológicas dessa Geografia tiveram grande influência na produção científica das últimas décadas. Para o ensino, essa perspectiva trouxe uma nova forma de interpretar as categorias de espaço, território e paisagem e influenciou, a partir dos anos 80, uma série de propostas curriculares voltadas para o segmento de quinta a oitava séries. Essas propostas, no entanto, foram centradas basicamente em questões referentes a explicações econômicas e a relações de trabalho que se mostravam, pelo discurso que usavam, inadequadas para os alunos distantes de tal complexidade nessa etapa da escolaridade.

Além disso, a prática da maioria dos professores e de muitos livros didáticos conservava ainda a linha tradicional, descritiva e despolitizada, herdada da Geografia Tradicional. Criou-se uma contradição entre o discurso do professor e o conteúdo dos livros e dos métodos em sala de aula. Essa Geografia, que se convencionou chamar de crítica, ficou muito marcada por um discurso retórico.

Tanto a Geografia Tradicional como a Geografia Marxista militante negligenciaram a dimensão sensível de perceber o mundo: o cientificismo positivista da Geografia Tradicional, por negar ao homem a possibilidade de um conhecimento que passasse pela subjetividade do imaginário; o marxismo ortodoxo e militante do professor, por tachar de idealismo alienante qualquer explicação subjetiva e afetiva da relação da sociedade com a natureza que não priorizasse a luta de classes.

É inegável a contribuição do marxismo para o aluno compreender e explicar o processo de produção do espaço. É por meio dele que se poderá chegar a compreender as desigualdades na distri-

buição da renda e da riqueza que se manifestam no espaço pelas contradições entre o espaço produzido pelo trabalhador e aquele de que ele se apropria, tanto no campo como na cidade. Nesse sentido, categorias do marxismo como relações sociais de produção, modos de produção, meios de produção, forças produtivas, formação social, são fundamentais para revelar ao aluno condições concretas do seu cotidiano na sociedade.

É muito importante que o aluno compreenda as diferentes formas de as sociedades se organizarem para produzir bens e serviços, ou seja, como são estruturados seus modos de produção. A terra, as matérias-primas, a qualificação e o trabalho humano, as ferramentas e os maquinários que caracterizam as forças produtivas, os meios de produção e mais as relações de propriedade constituem os alicerces de um modo de produção. Portanto, para que possa compreender a estrutura da sociedade e a prática do seu cotidiano, não deve negligenciar o modo de produção como uma categoria analítica para essa compreensão.

Porém, restringir para o aluno a explicação de que o seu cotidiano, no convívio social, está circunscrito somente pelas determinações econômicas compreendidas pelo modo de produção seria simplificar essa explicação. Será que a categoria modo de produção é capaz de dar conta dessa explicação das experiências vividas com seu espaço e com as representações simbólicas que são construídas pelo imaginário social? As pessoas têm a liberdade de dar significados diferentes para as coisas, e no seu cotidiano elas convivem com esses significados. Uma paisagem, seja de uma rua, de um bairro, ou de uma cidade, além de representar uma dimensão concreta e material do mundo, está impregnada de significados que nascem da percepção que se tem dela. No seu cotidiano os alunos convivem de forma imediata com essas representações e significados que são construídos no imaginário social. Quando um aluno muda de rua, de escola, de bairro ou de cidade, ele não sente apenas as diferenças das condições materiais nos novos lugares, mas também as mudanças de símbolos, códigos e significados com os lugares. Em cada imagem ou representação simbólica, os vínculos com a localização e com as outras pessoas estão a todo momento, consciente ou inconscientemente, orientando as ações humanas.

Assim, falar do imaginário em Geografia é procurar compreender os espaços subjetivos, os mapas mentais que se constroem para orientar as pessoas no mundo. Quando se pensa sobre o mundo rural e urbano, um bairro ou mesmo um país, se constroem com o imaginário esses espaços. O imaginário não deve ser aqui compreendido como o mundo do devaneio, mas o das representações. Mesmo existindo somente na imaginação, elas adquirem uma grande autonomia e participam nas decisões tomadas no cotidiano. Nesse sentido, acreditamos que trabalhar com o imaginário do aluno no estudo do espaço é facilitar a interlocução com ele e compreender o significado que as diferentes paisagens, lugares e coisas tem para ele. Tudo isso significa dizer, valorizar os fatores culturais da vida cotidiana, permitindo compreender ao mesmo tempo a singularidade e a pluralidade dos lugares no mundo. Se o marxismo possibilita compreender a maneira como a sociedade se organiza em torno das atividades básicas da produção e reprodução da vida material e mesmo de aspectos não-materiais como a linguagem, as crenças, a estrutura das relações sociais e as instituições, ela torna-se insuficiente como método quando se procura compreender o mundo simbólico e das representações que orientam, também, as relações com o mundo. Nesse momento se propõe uma reflexão sobre o seguinte fato:

Uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia dos últimos tempos foi o surgimento de abordagens que consideram as dimensões subjetivas e, portanto, singulares

dos homens em sociedade, rompendo, assim, tanto com o positivismo como com o marxismo ortodoxo. Buscam-se explicações mais plurais, que promovam a intersecção da Geografia com outros campos do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, as Ciências Políticas, por exemplo. Uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e territórios. Enfim, buscar explicar para compreender.

Essa tendência conceitual é que se procurou assinalar ao definir o corpo de conteúdos que a Geografia deve abordar no ensino fundamental.

Essas sucessivas mudanças e debates em torno do objeto e método da Geografia como ciência, presentes no meio acadêmico, tiveram repercussões diversas no ensino fundamental. Positivas de certa forma, já que foram um estímulo para a inovação e a produção de novos modelos didáticos.

Mas não apenas a prática está permeada por indefinição e confusão. Muitas propostas de ensino também estão. Observa-se, sobretudo na análise das propostas curriculares produzidas nas últimas décadas, que o ensino de Geografia revela todas essas indefinições e problemas na escolha dos seus conteúdos. No geral, são eles:

- abandono de conteúdos fundamentais da Geografia, tais como as categorias de nação, território, lugar, paisagem e região, bem como do estudo de sua natureza;

- são comuns modismos que buscam sensibilizar os alunos para temáticas mais atuais, sem a preocupação real de promover uma compreensão dos múltiplos fatores que delas são causas ou decorrências, o que provoca um envelhecimento rápido dos conteúdos. Um exemplo é a adaptação forçada das questões ambientais em currículos e livros didáticos que ainda preservam o discurso da Geografia Tradicional e não têm como objetivo a compreensão processual e crítica dessas questões, vindo a se transformar na aprendizagem de slogans;

- há uma preocupação maior com conteúdos conceituais do que com os procedimentais e atitudinais. O objetivo do ensino fica restrito, assim, à aprendizagem de fenômenos e conceitos, desconsiderando a aprendizagem de procedimentos e atitudes fundamentais para a compreensão dos métodos e explicações com os quais a própria Geografia trabalha;

- as propostas pedagógicas separam a Geografia Humana da Geografia da Natureza em relação àquilo que deve ser apreendido como conteúdo específico: ou a abordagem é essencialmente social (e a natureza é um apêndice, um recurso natural), ou então se trabalha a gênese dos fenômenos naturais de forma pura, analisando suas leis, em detrimento da possibilidade exclusiva da Geografia de interpretar, compreender e inserir o juízo do aluno na aprendizagem dos fenômenos em uma abordagem socioambiental;

- a memorização tem sido o exercício fundamental praticado no ensino de Geografia, mesmo nas abordagens mais avançadas. Apesar da proposta de problematização, de estudo do meio e da forte ênfase que se dá ao papel dos sujeitos sociais na construção do território e do espaço, o que se avalia ao final de cada estudo é se o aluno memorizou ou não os fenômenos e conceitos trabalhados e não aquilo que pôde identificar e compreender das múltiplas relações aí existentes;

- a noção de escala espaço-temporal muitas vezes não é clara, ou seja, não se explicita como os temas de âmbito local estão presentes naqueles de âmbito universal, e vice-versa, e como o espaço geográfico materializa diferentes tempos (da sociedade e da natureza) ou Geografia como história do presente;

- o ensino de Geografia pode levar os alunos a compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interferiram de maneira mais consciente e propositiva. Para tanto, porém, é preciso que eles adquiram conhecimentos, dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos com os quais este campo do conhecimento opera e constitui suas teorias e explicações, de modo que possam não apenas compreender as relações socioculturais e o funcionamento da natureza às quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico.

Conhecimento geográfico e sua importância social

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação.

Nesse sentido, a análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não simplesmente a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático. Isso requer a compreensão da dinâmica entre os processos sociais, físicos e biológicos inseridos em contextos particulares ou gerais. A preocupação básica é abranger os modos de produzir, de existir e de perceber os diferentes lugares e territórios como os fenômenos que constituem essas paisagens e interagem com a vida que os anima. Para tanto é preciso observar, buscar explicações para aquilo que, em determinado momento, permaneceu ou foi transformado, isto é, os elementos do passado e do presente que neles convivem.

O espaço considerado como território e lugar é historicamente produzido pelo homem à medida que organiza econômica e socialmente sua sociedade. A percepção espacial de cada indivíduo ou sociedade é também marcada por laços afetivos e referências socioculturais. Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito produtor desse espaço, um homem social e cultural, situado além e mediante a perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de produção de seu espaço.

Assim, o espaço na Geografia deve ser considerado uma totalidade dinâmica em que interagem fatores naturais, sociais, econômicos e políticos. Por ser dinâmica, ela se transforma ao longo dos tempos históricos e as pessoas redefinem suas formas de viver e de percebê-la.

Pensar sobre essas noções de espaço pressupõe considerar a compreensão subjetiva da paisagem como lugar, o que significa dizer: a paisagem ganhando significados para aqueles que a constroem e nela vivem; as percepções que os indivíduos, grupos ou sociedades têm da paisagem em que se encontram e as relações singulares que com ela estabelecem. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico.

No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação a essa etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, espaço deve ser o objeto central de estudo, e as categorias território, região, paisagem e lugar devem ser abordadas como seu desdobramento.

A categoria território foi originalmente formulada nos estudos biológicos do final do século XVIII. Nessa definição inicial, o território é a área de vida em que a espécie desempenha todas as suas

funções vitais ao longo do seu desenvolvimento. Portanto, o território é o domínio que os animais e as plantas têm sobre porções da superfície terrestre. Mediante estudos comportamentais, Augusto Comte incorporou a categoria de território aos estudos da sociedade como categoria fundamental, o que foi absorvido pelas explicações geográficas.

Na concepção ratzeliana de Geografia, esse conceito define-se pela apropriação do espaço, ou seja, o território, para as sociedades humanas, representa uma parcela do espaço identificada pela posse. É dominado por uma comunidade ou por um Estado. Na geopolítica, o território é o espaço nacional ou a área controlada por um Estado-nacional: é um conceito político que serve como ponto de partida para explicar muitos fenômenos geográficos relacionados à organização da sociedade e suas interações com as paisagens. O território é uma categoria fundamental quando se estuda a sua conceitualização ligada à formação econômica e social de uma nação. Nesse sentido, é o trabalho que qualifica o território como produto do trabalho social.

Além disso, compreender o que é território implica também compreender a complexidade da convivência, nem sempre harmônica, em um mesmo espaço, da diversidade de tendências, ideias, crenças, sistemas de pensamento e tradições de diferentes povos e etnias. É reconhecer que, apesar de uma convivência comum, múltiplas identidades coexistem e por vezes se influenciam reciprocamente. No caso específico do Brasil, o sentimento de pertinência ao território nacional envolve a compreensão da diversidade das culturas que aqui convivem e que, mais do que nunca, buscam o reconhecimento de suas especificidades, daquilo que lhes é próprio.

É fundamental reconhecer a diferenciação entre a categoria território e o conceito de territorialidade. Num primeiro momento essas duas palavras podem parecer dizer a mesma coisa. Porém, o território refere-se a um campo específico do estudo da Geografia. Ele é representado por um sistema de objetos fixos e móveis, como, por exemplo, o sistema viário urbano representando o fixo e o conjunto dos transportes como os móveis. Ambos constituem uma unidade indissolúvel, mas que não se confundem. Outro exemplo pode ser a unidade formada pela moradia com a população. No limite mais abstrato, o da indústria e do fluxo de trabalhadores.

Enquanto a categoria território representa para a Geografia um sistema de objetos, sendo básica para a análise geográfica, o conceito de territorialidade representa a condição necessária para a própria existência da sociedade como um todo. Se o território pode ser considerado campo específico dos estudos e pesquisas geográficas, a territorialidade poderá também estar presente em quaisquer outros estudos das demais ciências. Difícilmente poderemos pensar num antropólogo, sociólogo, biólogo ou engenheiro civil, entre outros, que, no seu campo de estudos, não esteja trabalhando com o conceito de territorialidade.

A categoria território possui relação bastante estreita com a categoria paisagem. Pode até mesmo ser considerada como o conjunto de paisagens. É algo criado pelos homens, é uma forma de apropriação da natureza. A categoria paisagem, porém, tem um caráter específico para a Geografia, distinto daquele utilizado pelo senso comum ou por outros campos do conhecimento. É definida como sendo uma unidade visível do território, que possui identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho!

Por exemplo, quando se fala da paisagem de uma cidade, dela fazem parte seu relevo, a orientação dos rios e córregos da região, sobre os quais se implantaram suas vias expressas, o conjunto de construções humanas, a distribuição de sua população, o registro das tensões, sucessos e fracassos da história dos indivíduos e gru-

pos que nela se encontram. É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo assim da paisagem um acúmulo de tempos desiguais.

A categoria paisagem, por sua vez, também está relacionada à categoria lugar, tanto na visão da Geografia Tradicional quanto nas novas abordagens. O sentimento de pertencer a um território e a sua paisagem significa fazer deles o seu lugar de vida e estabelecer uma identidade com eles. Nesse contexto, a categoria lugar traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos afetivos: uma praça onde se brinca desde criança, a janela de onde se vê a rua, o alto de uma colina de onde se avista a cidade. O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. É por intermédio dos lugares que se dá a comunicação entre homem e mundo.

Assim, pode-se compreender por que o espaço, a paisagem, o território e o lugar estão associados à força da imagem, tão explorada pela mídia. Pela imagem, muitas vezes a mídia utiliza-se da paisagem para inculcar um modelo de mundo. Sendo a Geografia uma ciência que procura explicar e compreender o mundo por meio de uma leitura crítica a partir da paisagem, ela poderá oferecer grande contribuição para decodificar as imagens manipuladoras que a mídia constrói na consciência das pessoas, seja em relação aos valores socioculturais ou a padrões de comportamentos políticos nacionais.

O estudo de Geografia possibilita a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm conseqüências (tanto para si como para a sociedade). Permite também que adquiram conhecimentos para compreender as atuais redefinições do conceito de nação no mundo em que vivem e perceber a relevância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações. Além disso, seus objetos de estudo e métodos possibilitam que compreendam os avanços na tecnologia, nas ciências e nas artes como resultantes de trabalho e experiência coletivos da humanidade, de erros e de acertos nos âmbitos da política e da ciência, por vezes permeados de uma visão utilitarista e imediatista do uso da natureza e dos bens econômicos. Para Milton Santos, a Geografia pode ser entendida como uma filosofia das técnicas.

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino da Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado (constantemente em transformação) do qual ele faz parte e que, portanto, precisa conhecer e do qual se pinta membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente com os valores humanísticos.

Aprender e ensinar o que se sabe sobre Geografia

Independentemente da perspectiva geográfica, a maneira mais comum de ensinar Geografia tem sido por meio do discurso do professor ou do livro didático. Este discurso sempre parte de alguma noção ou conceito-chave e versa sobre algum fenômeno social, cultural ou natural, descrito e explicado de forma descontextualizada do lugar em que se encontra inserido.

Abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Espera-se que, dessa forma, eles desenvolvam a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação

sociedade/natureza. Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. Nessa perspectiva procura-se sempre a valorização da experiência do aluno.

É imprescindível o convívio no momento em que pretender desenvolver algum pensamento crítico da realidade por meio da Geografia. É fundamental que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua experiência. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma interativa. No ensino, professores e alunos poderão procurar entender que tanto a sociedade como a natureza constituem os fundamentos com os quais paisagem, território, lugar e região são construídos.

É fundamental, assim, que o professor crie e planeje situações de aprendizagem em que os alunos possam conhecer e utilizar os procedimentos de estudos geográficos. A observação, descrição, analogia e síntese são procedimentos importantes e podem ser praticados para que os alunos possam aprender a explicar, compreender e representar os processos de construção dos diferentes tipos de paisagens, territórios e lugares. Isso não significa que os procedimentos tenham um fim em si mesmos: observar, descrever e comparar servem para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas. Enfim, para conhecer e começar a operar os conhecimentos que a Geografia, como ciência, produz.

É fundamental que o espaço vivido pelos alunos continue sendo o ponto de partida dos estudos ao longo do terceiro e quarto ciclos e que esse estudo permita compreender como o local, o regional e o global relacionam-se nesse espaço. Recomenda-se não trabalhar hierarquicamente do nível local ao mundial: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, sobre os quais são capazes de pensar. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho a ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.

Coloca-se ainda a questão do nível de abrangência espacial com o qual devem abordar o estudo de um tema, se é da escala local para o global, e vice-versa. Talvez isso se coloque, na maioria das vezes, em razão de uma postura metodológica em que a sequência dos fatos ocorra de forma linear, e que por sua vez decorra de uma relação mecanicista de causa e efeito. Para exemplificar o que seria essa postura linear de causa e efeito, tomem-se as transformações ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais de um lugar e sua interpretação como influências vindas de fora. Uma postura teórica e metodológica como essa, implicitamente estará invocando a necessidade de um enfoque em que a abordagem do tema parta da análise do global para o local. Numa outra posição pode-se dizer que, para compreender as transformações globais que ocorrem no mundo, deve-se partir da compreensão das transformações que ocorrem nos diferentes locais do mundo. Tanto uma quanto outra abordagem está equivocada.

A complexidade das interações e das formas como interagem as transformações impedem qualquer abordagem linear e mecanicista. Quando se pensa aquilo que ocorre num determinado local e as influências que chegam de fora, deve-se admitir que existem forças internas específicas desses locais que podem atenuar, reforçar ou mesmo resistir a essas influências. O mesmo se pode dizer da explicação simplista de que as transformações globais representam o resultado do que ocorre nas diferentes localidades do mundo.

Nesse sentido a escala local/global na abordagem de um tema deverá estar sempre levando em consideração que existe uma reciprocidade na maneira como as duas interagem. A entrada num tema pode ser feita tanto de uma forma como de outra. O importante é que não se perca essa relação dialética na explicação, mesmo porque, na realidade atual os meios de comunicação colocam a informação de forma instantânea e simultânea. Portanto, apresentam o mundo onde a dicotomia do local e do global cada vez menos é percebida.

Cada vez mais os meios de comunicação penetram na vida dos alunos. A televisão, os computadores permitem que eles interajam ao vivo com diferentes lugares do mundo. Os programas de televisão interativos, ao colocar públicos de diferentes lugares em transmissão simultânea e instantânea dos fatos, permitem que os alunos entrem e saiam dos lugares pelo imaginário de forma muito rápida. A Internet cada vez mais facilita que uma parte significativa dos alunos navegue pelas infovias do computador.

Para realmente trabalhar e valorizar o imaginário do aluno, não se pode encarcerá-lo à ideia de que seu espaço esteja limitado apenas à sua paisagem imediata. Pela mídia, o aluno acaba incorporando ao seu cotidiano paisagens e vivências de outras localidades. No ensino fundamental, é essencial que se aprofundem as mediações de seu lugar com o mundo, percebendo como o local e o global interagem.

O local e o global formam uma totalidade indissolúvel. Dependendo da necessidade e da relevância que se queira dar a algumas especificidades de um tema, o tempo de permanência do estudo em uma das duas escalas dependerá do campo de interesse

Outro aspecto fundamental é a opção de trabalhar a Geografia por meio de grandes eixos temáticos e com temas transversais. Essa proposição se baseia no reconhecimento da necessidade de incorporar tanto a ideia da flexibilização quanto a interdisciplinaridade no tratamento com o conteúdo dessa área.

Não é oportuno nesse momento discutir o significado da flexibilização e de interdisciplinaridade. No entanto, dificilmente haverá avanços em relação à questão da escala de abordagem no ensino de Geografia se não houver assimilação da ideia da flexibilização no tratamento dos temas e conteúdos nos programas de estudo.

Será bastante oportuno que dialogue com as áreas afins quando for definir o seu campo de interesse e tempo de permanência nas diferentes escalas na abordagem do tema.

Por sua vez, o estudo da paisagem local/global não deve se restringir à mera constatação e descrição dos fenômenos que a constituem. Será de grande valia pedagógica explicar e compreender os processos de interações entre a sociedade e a natureza, situando-as em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando-as, conferindo-lhes significados. Explorando o imaginário dos alunos, pode-se construir com eles as mediações que permitam a possibilidade de, com os pés solidamente ligados aos seus lugares, aos poucos descobrirem o mundo e redimensionarem a experiência com o seu próprio lugar, ou seja, redescobrirem seus próprios lugares e o mundo.

O ensino de Geografia nesses ciclos pode intensificar ainda mais a compreensão, por parte dos alunos, dos processos envolvidos na construção das paisagens, territórios e lugares. Os fatos a serem estudados devem ser abordados de forma mais aprofundada, pois os alunos já podem construir compreensões e explicações mais complexas sobre as relações que existem entre aquilo que acontece no dia-a-dia, no lugar em que vivem, e o que se passa em outros lugares do mundo. Os problemas socioambientais e econômicos (como, por exemplo, a degradação dos ecossistemas, o crescimento das disparidades na distribuição da riqueza entre países e grupos sociais) podem ser abordados a fim de promover um estudo mais

1. Aspectos geográficos do Estado de Alagoas.01

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO ESTADO DE ALAGOAS

A história do território de Alagoas começa, antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil. De acordo com dados do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico (Iphan), os indícios de presença humana no território onde está localizado o território datam de aproximadamente 3.500 anos.

Já no século XVI, no momento da chegada dos portugueses, quem habitava o local eram os índios caetés. Em 1501, Gonçalo Coelho, juntamente com seus expedicionários, foram os primeiros europeus a visitar as terras. Já o primeiro português que se tem notícia a adentrar o local foi Duarte Coelho, por volta de 1535.

No final daquele século, a maioria do território alagoano eram propriedade de Garcia d'Ávila. De acordo com os registros históricos, em 1590 foi fundado o povoado de Porto Caldo, e em 1611, o povoado de Lagoa do Sul, atual Marechal Deodoro.

Assim como os demais estados nordestinos, que tiveram a economia baseada, inicialmente, nos engenhos de açúcar, Alagoas, logo se estabeleceu como um polo de produção açucareira. Paralelo a isso, a principal atividade era a criação de gado.

A partir do século XVII, teve início a formação do Quilombo dos Palmares. Escravos fugidos de todas as regiões do nordeste se abrigavam lá. É um importante símbolo de resistência dos negros escravizados no Brasil. Foi destruído em 1694.

Em 1711, foi instalada a comarca de Alagoas, sediada na vila de Alagoas, que ainda estava subordinada a Pernambuco. Poucos anos depois, já existia o povoado de Maceió, construído nos arredores de um engenho, cujo nome era Massayó.

Alagoas só desmembrou-se de Pernambuco em 1817, depois da Revolução Pernambucana. Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, o primeiro governador da capitania, assumiu o posto em 1819.

Somente em 1839 é que a capital foi transferida de da cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, para Maceió, justamente em função do grande desenvolvimento econômico que a região apresentava.

Principais características do estado de Alagoas

Alagoas (AL) é um estado da região nordeste brasileira, que figura como o segundo menor estado do Brasil, ficando atrás, apenas de seu vizinho, Sergipe. Sua área é de 27.848,158 km² e faz divisa com os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia.

No total, a unidade federativa é composta por 102 municípios divididos em 13 microrregiões:

Agreste Alagoano

- Arapiraca
- Palmeiras dos Índios
- Traipu

Leste Alagoano

- Litoral Norte Alagoano
- Maceió
- Mata Alagoana
- Penedo
- São Miguel dos Campos
- Serrana dos Quilombos

Sertão Alagoano

- Alagoana do Sertão do São Francisco
- Batalha
- Santana do Ipanema
- Serrana do Sertão Alagoano

População

De acordo com dados do censo demográfico de 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Alagoas tem 3.120.494 habitantes. Sua densidade demográfica é de 112,3 habitantes por quilômetro quadrado, o que o coloca como o quarto estado neste quesito.

A maioria da população, aproximadamente 73,6% vivem em zonas urbanas, os demais, 26,4%, estão na zona rural do estado. A expectativa de vida dos alagoanos, em média, é de 66 anos.

Em relação Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Alagoas registra o pior número entre os estados do Brasil, com média de 0,677.

Maceió

A capital de Alagoas é Maceió. Fundado em 5 de dezembro de 1815, é também a cidade mais populosa do estado, com 1.029.129 habitantes.

Em 2002, foi escolhida por um júri internacional como a Capital Americana da Cultura. Além da diversidade cultural, detém o título de "Caribe Brasileiro" por conta de suas praias de águas cristalinas, que atraem turistas do mundo todo.

Principais cidades

Além de Maceió, figuram como cidades importantes do estado de Alagoas:

- Arapiraca
- Rio Largo
- Penedo
- Palmeira dos Índios
- União dos Palmares

Relevo

Em relação ao relevo, este é predominantemente baixo. Justamente porque o estado está localizado na Bacia Sedimentar de Alagoas. Ele pode ser dividido em planalto, ao norte, planície litorânea, a leste e depressão no centro-oeste.

O ponto mais alto do estado está situado no extremo oeste alagoano, e é a Serra da Onça. Por muito tempo a Serra de Santa Cruz ocupou este ponto, entretanto, estudos recentes mostraram que a Serra da Onça possui 1.016 metros, enquanto a outra, tem apenas 886 metros.

Mas vale ressaltar, que a altitude do território, em média, não ultrapassa os 300m. Cerca de 86% fica abaixo deste número e 61% abaixo de 200m. Apenas 1% ultrapassa os 600m, como é o caso dos locais supracitados.

Em relação a morfologia, podemos encontrar cinco variações:

- Baixada litorânea
- Colinas e morros argilosos
- Pediplano
- Encosta meridional do planalto da Borborema
- Planícies aluviais (várzeas)

Clima

O clima de Alagoas é tropical atlântico por conta de sua localização, próxima ao mar e entre os trópicos. No sertão alagoano há poucas incidência de chuvas, em contraposição ao leste, onde há maior incidência de chuvas.

De modo geral, o clima do estado pode ser dividido em semi-árido no centro e a oeste, úmido em Maceió e no extremo norte e subúmido ao leste. Já a temperatura média do estado fica entre 21°C e 27°C.

Ainda que seja possível estabelecer uma média, as temperaturas oscilam muito em todo o estado. Enquanto no litoral as temperaturas máximas ficam na casa dos 28°C, no sertão, elas, facilmente, ultrapassam os 33°C.

Vegetação

Assim como o clima, a vegetação de Alagoas varia muito conforme cada região do estado. Na porção litorânea são mais comuns os mangues e as lagoas. No oeste, onde fica localizada a parte mais árida, a predominância é da caatinga.

O agreste, por sua vez, ainda guarda resquícios da Mata Atlântica, juntamente com a vegetação litorânea e a caatinga. Estima-se que antes da interferência humana a Mata Atlântica estava presente em praticamente todo o território alagoano, inclusive no território árido do interior.

Na parte litorânea chamada Zona da Mata há mais indícios de restingas e manguezais. No clima quente e seco do oeste a caatinga é a vegetação predominante.

Com o intuito de proteger todas as riquezas naturais dos estados, foram criadas uma série de áreas de proteção, entre as que mais se destacam, podemos citar:

- Estação Ecológica de Murici
- Parque Municipal de Maceió
- Reserva Biológica da Pedra Talhada
- Parque Municipal da Pedra do Sino
- Monumento Natural do Rio São Francisco

Entre as principais espécies da flora, é possível citar o cedro, bromélia, aroeira, ipê, begônia, mangaba, barbatimão, ingazeiro e begônia.

Fauna

Entre os principais animais encontrados no estado de Alagoas, destacamos alguns na listagem abaixo:

- Anu-preto
- Bem-te-vi
- Bicho-preguiça
- Cotia
- Fura-barreira
- Gato-do-mato
- Iguana
- Jiboia
- Lagarto
- Mutum-do-nordeste ou mutum-de-alagoas (pássaro considerado o símbolo de Alagoas)
- Quati
- Sabiá-da-mata
- Saguí
- Tatu
- Teiú
- Xexéu

Hidrografia

A nascente de praticamente todos os rios de Alagoas está no planalto da Borborema. A maior parte deles deságua no rio São Francisco ou o curso segue diretamente para o mar. Além do próprio São Francisco, figuram como importantes rios o Paraíba do Meio e o Mundaú.

Uma curiosidade relacionada ao nome do estado, é que ele se chama Alagoas justamente por conta da quantidade de lagos que existem no território.

Economia

No que diz respeito à economia, Alagoas tem três frentes principais de atuação:

Indústria: entre as principais atividades industriais, que são bastante amplas, está a produção de alimentos, em especial, o açúcar. Além disso, o estado é o maior produtor de Amianto do Brasil, este, extraído do Jirau do Ponciano. Há ainda alta produção de petróleo e gás natural

Agricultura: grande parte da população economicamente ativa de Alagoas está empregada neste setor, principalmente na Zona da Mata. Os produtos de maior destaque são a cana-de-açúcar, arroz e coco. Há, ainda, pequenas lavouras no agreste, que abastecem, em maior quantidade, o mercado interno.

Turismo: todos os anos, milhares de visitantes de todo o Brasil e do mundo vão visitar o Alagoas, principalmente a cidade de Maceió. Além das praias, há inúmeras lagoas onde estão instalados parques recreativos. A cidade de histórica de Penedo também atrai muitos turistas por guardar um expressivo patrimônio artístico nas igrejas do século XVII.

Problemas atuais de Alagoas

O estado registra, atualmente, uma série de problemas econômicos. Além de possuir o menor IDH entre os estados brasileiros, o estado tem a maior taxa de mortalidade infantil do país. A cada mil crianças nascidas vivas, 46,4 morrem antes de completar um ano de vida. Este número é mais do que o dobro da média nacional, que é de 22.

Outro problema está relacionado aos altos índices de analfabetismo. Alagoas tem o maior taxa de analfabetismo do Brasil, com 24,6%. Se for considerado o analfabetismo funcional, este número sobe para 36,5%.

Além disso, a questão do saneamento básico é preocupante. Apenas 20% dos domicílios possuem rede de esgoto.

Os números relacionados a violência também não são muito animadores. De acordo com o Atlas da Violência de 2018, o estado tinha a segunda pior taxa de homicídios do país, em 2016. Naquela época, eram 54,2 mortos por 100 mil habitantes.

EXERCÍCIOS

1. O território alagoano é constituído de três unidades de relevo: planície litorânea, planalto e depressão. Em grande parte do estado, a topografia é plana, não ultrapassando 300 m de altitude. A exceção é a serra Santa Cruz, com altitude de 844 m. Nesse território, a unidade de relevo caracterizada como depressão refere-se à mais importante bacia hidrográfica do estado, localizada

A. no conjunto de relevo da Borborema, região rebaixada em relação ao litoral.

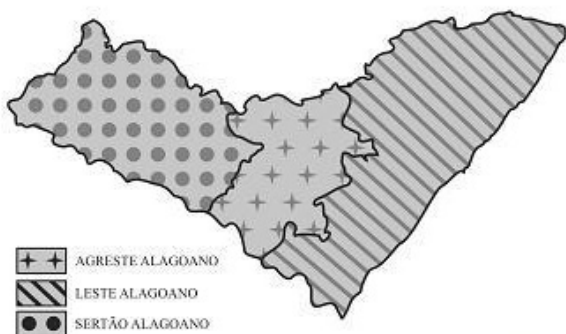
B. nos tabuleiros litorâneos, fragilizados devido à erosão marinha.

C. no conjunto da serra Santa Cruz, região cuja altitude ultrapassa o nível do mar.

D. no vale do rio São Francisco, cujo relevo é composto por formas erodidas e baixas elevações residuais.

E. na zona costeira, abaixo do nível do mar, a qual é facilmente inundada em períodos de maré alta.

2. Considerando o mapa ilustrado acima, que representa a subdivisão do território do estado de Alagoas em três mesorregiões geográficas (Leste, Agreste e Sertão alagoano), assinale a opção correta.



- A. O Agreste alagoano é a mesorregião de maior extensão territorial do estado de Alagoas.
- B. Alagoas é o estado do Nordeste onde mais se produz algodão, e o Leste alagoano, a mesorregião onde se concentra a maior parte dessa produção agrícola.
- C. A bacia do rio São Francisco, o principal rio do estado de Alagoas, compreende apenas o Sertão alagoano.
- D. No Leste alagoano, localizam-se a maior parte dos municípios e a maior cidade do estado, a capital Maceió.
- E. O Sertão alagoano é a principal região produtora de algodão e cana-de-açúcar do estado, e Arapiraca é a maior cidade dessa mesorregião.

3. Considerando a geografia do estado de Alagoas e a figura apresentada, que ilustra os estados que compõem a região Nordeste de acordo com a divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), julgue os itens a seguir.

O estado de Alagoas é segunda menor unidade político-administrativa da região Nordeste em termos de superfície territorial, estando atrás apenas de Sergipe, o estado de menor extensão da região.



- C.Certo
- E.Errado

4. Considerando a representação precedente, que mostra a divisão das microrregiões do estado de Alagoas, julgue os itens subsequentes, no que se refere à distribuição geográfica dessas microrregiões e às características climáticas desse estado.

A distância em relação à linha do Equador explica os seguintes fenômenos no estado de Alagoas: número elevado de horas de incidência de luz solar e distribuição desigual de intensidade de radiação solar ao longo do ano entre litoral e sertão, com menor radiação solar no litoral que no sertão, em razão da umidade oceânica.



- C.Certo
- E.Errado

5. O processo de urbanização no estado de Alagoas, cuja população tem apresentado um crescimento acelerado, pode ser relacionado a um fenômeno conhecido como macrocefalia urbana.

- C.Certo
- E.Errado

6. Com relação à fauna e à flora do estado de Alagoas, julgue os itens que se seguem. A implantação de unidades de conservação do meio ambiente em Alagoas, no início da década de 80 do século passado, manteve toda a área de Mata Atlântica da região intacta e protegida contra os avanços da exploração agrícola e da construção civil.

- C.Certo
- E.Errado

7. O desenvolvimento do estado de Alagoas nos primeiros anos do século XXI se insere no contexto de expansão econômica da região Nordeste, fundamentado em investimentos na infraestrutura, na implantação de novos polos industriais e agrícolas, no estímulo ao turismo e na reestruturação do setor sucroalcooleiro.

- C.Certo
- E.Errado

8. O semiárido abarca a mesorregião do sertão alagoano que, somada às mesorregiões do agreste e do leste, onde se localiza a capital, compõe o território do estado.

- C.Certo
- E.Errado

CIDADANIA E LEGISLAÇÃO

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) - da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948).	01
2. Constituição Federal. Direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos.	03
3. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo.	29
4. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.	32
5. Lei Estadual nº 5.247 de 26 de julho de 1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas) e suas posteriores atualizações.	35
6. Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no DO de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).	51
7. Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84).	57
8. Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/03).	74

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
(ADOTADA E PROCLAMADA PELA RESOLUÇÃO 217-A
(III) – DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS,
EM 10 DE DEZEMBRO DE 1948)**

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.

Artigo 14

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 20

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 23

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 24

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo 25

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração poder ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE; DIREITOS SOCIAIS; NACIONALIDADE; CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

O título II da Constituição Federal é intitulado “Direitos e Garantias fundamentais”, gênero que abrange as seguintes espécies de direitos fundamentais: direitos individuais e coletivos (art. 5º, CF), direitos sociais (genericamente previstos no art. 6º, CF), direitos da nacionalidade (artigos 12 e 13, CF) e direitos políticos (artigos 14 a 17, CF).

Em termos comparativos à clássica divisão tridimensional dos direitos humanos, os direitos individuais (maior parte do artigo 5º, CF), os direitos da nacionalidade e os direitos políticos se encaixam na primeira dimensão (direitos civis e políticos); os direitos sociais se enquadram na segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais) e os direitos coletivos na terceira dimensão. Contudo, a enumeração de direitos humanos na Constituição vai além dos direitos que expressamente constam no título II do texto constitucional.

Os direitos fundamentais possuem as seguintes características principais:

a) **Historicidade:** os direitos fundamentais possuem antecedentes históricos relevantes e, através dos tempos, adquirem novas perspectivas. Nesta característica se enquadra a noção de dimensões de direitos.

b) **Universalidade:** os direitos fundamentais pertencem a todos, tanto que apesar da expressão restritiva do *caput* do artigo 5º aos brasileiros e estrangeiros residentes no país tem se entendido pela extensão destes direitos, na perspectiva de prevalência dos direitos humanos.

c) **Inalienabilidade:** os direitos fundamentais não possuem conteúdo econômico-patrimonial, logo, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, o que evidencia uma limitação do princípio da autonomia privada.

d) **Irrenunciabilidade:** direitos fundamentais não podem ser renunciados pelo seu titular devido à fundamentalidade material destes direitos para a dignidade da pessoa humana.

e) **Inviolabilidade:** direitos fundamentais não podem deixar de ser observados por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de nulidades.

f) **Indivisibilidade:** os direitos fundamentais compõem um único conjunto de direitos porque não podem ser analisados de maneira isolada, separada.

g) **Imprescritibilidade:** os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, não prescrevem, uma vez que são sempre exercíveis e exercidos, não deixando de existir pela falta de uso (prescrição).

h) **Relatividade:** os direitos fundamentais não podem ser utilizados como um escudo para práticas ilícitas ou como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade por atos ilícitos, assim estes direitos não são ilimitados e encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como humanos.

Direitos e deveres individuais e coletivos

O capítulo I do título II é intitulado “direitos e deveres individuais e coletivos”. Da própria nomenclatura do capítulo já se extrai que a proteção vai além dos direitos do indivíduo e também abrange direitos da coletividade. A maior parte dos direitos enumerados no artigo 5º do texto constitucional é de direitos individuais, mas são incluídos alguns direitos coletivos e mesmo remédios constitucionais próprios para a tutela destes direitos coletivos (ex.: mandado de segurança coletivo).

1) Brasileiros e estrangeiros

O *caput* do artigo 5º aparenta restringir a proteção conferida pelo dispositivo a algumas pessoas, notadamente, “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”. No entanto, tal restrição é apenas aparente e tem sido interpretada no sentido de que os direitos estarão protegidos com relação a todas as pessoas nos limites da soberania do país.

Em razão disso, por exemplo, um estrangeiro pode ingressar com *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou então intentar ação reivindicatória com relação a imóvel seu localizado no Brasil (ainda que não resida no país).

Somente alguns direitos não são estendidos a todas as pessoas. A exemplo, o direito de intentar ação popular exige a condição de cidadão, que só é possuída por nacionais titulares de direitos políticos.

2) Relação direitos-deveres

O capítulo em estudo é denominado “direitos e garantias de deveres e coletivos”, remetendo à necessária relação direitos-deveres entre os titulares dos direitos fundamentais. Acima de tudo, o que se deve ter em vista é a premissa reconhecida nos direitos fundamentais de que não há direito que seja absoluto, correspondendo-se para cada direito um dever. Logo, o exercício de direitos fundamentais é limitado pelo igual direito de mesmo exercício por parte de outrem, não sendo nunca absolutos, mas sempre relativos.

Explica Canotilho¹ quanto aos direitos fundamentais: “a ideia de deveres fundamentais é suscetível de ser entendida como o ‘outro lado’ dos direitos fundamentais. Como ao titular de um direito fundamental corresponde um dever por parte de um outro titular, poder-se-ia dizer que o particular está vinculado aos direitos fundamentais como destinatário de um dever fundamental. Neste sentido, um direito fundamental, enquanto protegido, pressuporia

¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 479.

um dever correspondente”. Com efeito, a um direito fundamental conferido à pessoa corresponde o dever de respeito ao arcabouço de direitos conferidos às outras pessoas.

3) Direitos e garantias

A Constituição vai além da proteção dos direitos e estabelece garantias em prol da preservação destes, bem como remédios constitucionais a serem utilizados caso estes direitos e garantias não sejam preservados. Neste sentido, dividem-se em direitos e garantias as previsões do artigo 5º: os direitos são as disposições declaratórias e as garantias são as disposições assecuratórias.

O legislador muitas vezes reúne no mesmo dispositivo o direito e a garantia, como no caso do artigo 5º, IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” – o direito é o de liberdade de expressão e a garantia é a vedação de censura ou exigência de licença. Em outros casos, o legislador traz o direito num dispositivo e a garantia em outro: a liberdade de locomoção, direito, é colocada no artigo 5º, XV, ao passo que o dever de relaxamento da prisão ilegal de ofício pelo juiz, garantia, se encontra no artigo 5º, LXV².

Em caso de ineficácia da garantia, implicando em violação de direito, cabe a utilização dos remédios constitucionais.

Atenção para o fato de o constituinte chamar os remédios constitucionais de garantias, e todas as suas fórmulas de direitos e garantias propriamente ditas apenas de direitos.

4) Direitos e garantias em espécie

Preconiza o artigo 5º da Constituição Federal em seu caput:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

O caput do artigo 5º, que pode ser considerado um dos principais (senão o principal) artigos da Constituição Federal, consagra o princípio da igualdade e delimita as cinco esferas de direitos individuais e coletivos que merecem proteção, isto é, vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Os incisos deste artigos delimitam vários direitos e garantias que se enquadram em alguma destas esferas de proteção, podendo se falar em duas esferas específicas que ganham também destaque no texto constitucional, quais sejam, direitos de acesso à justiça e direitos constitucionais-penais.

- Direito à igualdade Abrangência

Observa-se, pelo teor do caput do artigo 5º, CF, que o constituinte afirmou por duas vezes o princípio da igualdade:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

Não obstante, reforça este princípio em seu primeiro inciso:

Artigo 5º, I, CF. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Este inciso é especificamente voltado à necessidade de igualdade de gênero, afirmando que não deve haver nenhuma distinção sexo feminino e o masculino, de modo que o homem e a mulher possuem os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, o princípio da isonomia abrange muito mais do que a igualdade de gêneros, envolve uma perspectiva mais ampla.

O direito à igualdade é um dos direitos norteadores de interpretação de qualquer sistema jurídico. O primeiro enfoque que foi dado a este direito foi o de direito civil, enquadrando-o na primeira dimensão, no sentido de que a todas as pessoas deveriam ser garantidos os mesmos direitos e deveres. Trata-se de um aspecto relacionado à igualdade enquanto liberdade, tirando o homem do arbítrio dos demais por meio da equiparação. Basicamente, estaria se falando na **igualdade perante a lei**.

No entanto, com o passar dos tempos, se percebeu que não bastava igualar todos os homens em direitos e deveres para torná-los iguais, pois nem todos possuem as mesmas condições de exercer estes direitos e deveres. Logo, não é suficiente garantir um direito à **igualdade formal**, mas é preciso buscar progressivamente a **igualdade material**. No sentido de igualdade material que aparece o direito à igualdade num segundo momento, pretendendo-se do Estado, tanto no momento de legislar quanto no de aplicar e executar a lei, uma postura de promoção de políticas governamentais voltadas a grupos vulneráveis.

Assim, o direito à igualdade possui dois sentidos notáveis: o de igualdade perante a lei, referindo-se à aplicação uniforme da lei a todas as pessoas que vivem em sociedade; e o de igualdade material, correspondendo à necessidade de discriminações positivas com relação a grupos vulneráveis da sociedade, em contraponto à igualdade formal.

Ações afirmativas

Neste sentido, desponta a temática das ações afirmativas, que são políticas públicas ou programas privados criados temporariamente e desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes de discriminações ou de uma hipossuficiência econômica ou física, por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória de tais condições.

Quem é **contra** as ações afirmativas argumenta que, em uma sociedade pluralista, a condição de membro de um grupo específico não pode ser usada como critério de inclusão ou exclusão de benefícios.

Ademais, afirma-se que elas desprivilegiam o critério republicano do mérito (segundo o qual o indivíduo deve alcançar determinado cargo público pela sua capacidade e esforço, e não por pertencer a determinada categoria); fomentariam o racismo e o ódio; bem como ferem o princípio da isonomia por causar uma discriminação reversa.

Por outro lado, quem é **favorável** às ações afirmativas defende que elas representam o ideal de justiça compensatória (o objetivo é compensar injustiças passadas, dívidas históricas, como uma compensação aos negros por tê-los feito escravos, *p. ex.*); representam o ideal de justiça distributiva (a preocupação, aqui, é com o presente. Busca-se uma concretização do princípio da igualdade material); bem como promovem a diversidade.

Neste sentido, as discriminações legais asseguram a verdadeira igualdade, por exemplo, com as ações afirmativas, a proteção especial ao trabalho da mulher e do menor, as garantias aos portadores de deficiência, entre outras medidas que atribuam a pessoas com diferentes condições, iguais possibilidades, protegendo e respeitand-

2 FARIA, Cássio Juvenal. Notas pessoais tomadas em teleconferência.

do suas diferenças³. Tem predominado em doutrina e jurisprudência, inclusive no Supremo Tribunal Federal, que as ações afirmativas são válidas.

**- Direito à vida
Abrangência**

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à vida. A vida humana é o centro gravitacional em torno do qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo *vida*. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida. Sendo assim, a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral inerente a todos os seres humanos⁴.

No tópico do direito à vida tem-se tanto o **direito de nascer/permanecer vivo**, o que envolve questões como pena de morte, eutanásia, pesquisas com células-tronco e aborto; quanto o **direito de viver com dignidade**, o que engloba o respeito à integridade física, psíquica e moral, incluindo neste aspecto a vedação da tortura, bem como a garantia de recursos que permitam viver a vida com dignidade.

Embora o direito à vida seja em si pouco delimitado nos incisos que seguem o *caput* do artigo 5º, trata-se de um dos direitos mais discutidos em termos jurisprudenciais e sociológicos. É no direito à vida que se encaixam polêmicas discussões como: aborto de anencéfalo, pesquisa com células tronco, pena de morte, eutanásia, etc.

Vedação à tortura

De forma expressa no texto constitucional destaca-se a vedação da tortura, corolário do direito à vida, conforme previsão no inciso III do artigo 5º:

Artigo 5º, III, CF. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

A tortura é um dos piores meios de tratamento desumano, expressamente vedada em âmbito internacional, como visto no tópico anterior. No Brasil, além da disciplina constitucional, a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 define os crimes de tortura e dá outras providências, destacando-se o artigo 1º:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

3 SANFELICE, Patrícia de Mello. Comentários aos artigos I e II. In: BALERA, Wagner (Coord.). Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Brasília: Fortium, 2008, p. 08.

4 BARRETO, Ana Carolina Rossi; IBRAHIM, Fábio Zambitte. Comentários aos Artigos III e IV. In: BALERA, Wagner (Coord.). Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Brasília: Fortium, 2008, p. 15.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

- Direito à liberdade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à liberdade, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Liberdade e legalidade

Prevê o artigo 5º, II, CF:

Artigo 5º, II, CF. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O princípio da legalidade se encontra delimitado neste inciso, prevendo que nenhuma pessoa será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser que a lei assim determine. Assim, salvo situações previstas em lei, a pessoa tem liberdade para agir como considerar conveniente.

Portanto, o princípio da legalidade possui estrita relação com o princípio da liberdade, posto que, *a priori*, tudo à pessoa é lícito. Somente é vedado o que a lei expressamente estabelecer como proibido. A pessoa pode fazer tudo o que quiser, como regra, ou seja, agir de qualquer maneira que a lei não proíba.

Liberdade de pensamento e de expressão

O artigo 5º, IV, CF prevê:

Artigo 5º, IV, CF. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Consolida-se a afirmação simultânea da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

Em primeiro plano tem-se a liberdade de pensamento. Afinal, “o ser humano, através dos processos internos de reflexão, formula juízos de valor. Estes exteriorizam nada mais do que a opinião de seu emitente. Assim, a regra constitucional, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, imprime a existência jurídica ao chamado direito de opinião”⁵. Em outras palavras, primeiro existe o direito de ter uma opinião, depois o de expressá-la.

No mais, surge como corolário do direito à liberdade de pensamento e de expressão o direito à escusa por convicção filosófica ou política:

Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

5 ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.